



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 96ª
(NONAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA ORDINÁRIA,
DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 196 - Suplemento, de 29/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 96ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Há quorum regimental. Estão presentes os Deputados Leonardo Prudente, Erika Kokay, Reguffe, Chico Leite, Milton Barbosa, Eurides Brito, Rogério Ulysses.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade em que o Deputado Leonardo Prudente, um entusiasta da matéria, está aqui... Nós tínhamos deliberado, ainda no passado, quando assumi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

a Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor, realizar audiências públicas nas universidades. E assim fizemos nas mais variadas faculdades. Levamos a Casa Legislativa, os colegas Parlamentares. Os maiores especialistas do Brasil na matéria foram, voluntária e gratuitamente, voluntária e gratuitamente, fazer o debate com estudantes sobre as inovações, os itens fundamentais de defesa do consumidor, a evolução em termos jurisprudencial.

Eu pude apresentar hoje - observo que tive o apoio de um entusiasta da defesa do consumidor nesta Casa, o Presidente Leonardo Prudente - um opúsculo com as palestras que foram registradas por notas taquigráficas. São palestras do Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; do Dr. Paulo Binicheski, Promotor da Defesa do Consumidor; do Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Presidente do BRASILCON e Professor-Doutor em matéria sobre a defesa do consumidor, com vários livros escritos; do Dr. Paulo Eduardo Pinto, advogado da Casa Legislativa; do Dr. Antônio Carlos Cintra, Defensor Público, entre outros palestrantes.

Aqui está o opúsculo que lançaremos provavelmente no início de dezembro. Já fiz a entrega dele hoje na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Defesa do Consumidor, mas quero fazer a entrega simbólica ao Presidente desta Casa, Deputado Leonardo Prudente, a quem agradeço em nome de toda a Comissão. Com certeza absoluta, esta é uma contribuição que a Comissão, em nome da Casa, está dando à população do Distrito Federal. Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Eu registro com muita alegria o recebimento dessa coletânea de audiências públicas proferidas aqui pelo nobre Deputado Chico Leite, organizador desse trabalho sobre o direito do consumidor.

Eu não estou aqui apenas como apaixonado e entusiasta por esse tema, Deputado Chico Leite, mas também como um brasileiro indignado com o desrespeito com que o cidadão hoje é tratado, principalmente no sistema empresarial: pelos maus empresários, bancos, telecomunicações, *shoppings centers*.

Deputado Chico Leite, avanço um pouco mais. Espero que possamos ainda este ano, até para celebrar essa coletânea, montar uma miniestrutura - com tendas da Câmara Legislativa do Distrito Federal - e levá-la para as proximidades da Universidade de Brasília ou mesmo para a Rodoviária. V.Exa. designaria o lugar e faríamos um debate sobre esse assunto. Vamos chamar a sociedade, o povo, para discutir a importância da participação popular nas questões que envolvem o direito do consumidor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Parabenizo V.Exa. e associo-me a esse importante tema para que possamos debatê-lo junto à população de Brasília. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, boa-tarde. Cumprimento todos os Parlamentares.

Deputado Geraldo Naves, dou-lhe as boas-vindas. V.Exa. fez falta durante esse período, e é uma alegria tê-lo entre nós como colega, como par. Seja muito bem-vindo. Desejo-lhe muita sorte na condução do seu mandato.

Cumprimento, também, o Deputado Chico Leite pela forma como construiu esse livro. Eu vejo a iniciativa de S.Exa. como forma de levar ao consumidor, de fato, o conhecimento do seu direito, o consumidor, que é tão aviltado no Distrito Federal, nas mais diferentes formas de consumo.

Venho aqui – já fiz isso na nossa reunião da Comissão de Defesa do Consumidor – manifestar a minha indignação, a minha insatisfação e lamentar, profundamente, a atitude do *Park Shopping*, Deputado Reguffe e Deputada Erika Kokay. O *Park Shopping* era, talvez, o único *shopping* desta cidade que não cobrava pelo estacionamento, utilizava o estacionamento gratuito, até porque eu entendo que o estacionamento tem que ser de fato gratuito. Quando o cidadão paga o IPVA, ele está pagando pelo direito de ir, vir e estacionar. E o que está acontecendo no Distrito Federal é que todas as áreas comerciais - inclusive as próximas a hospitais, enfim - onde há um grande adensamento de veículos, há cobrança. E é uma cobrança exagerada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, apenas quero concordar com a sua explanação, porque protocolei um projeto nesta Casa proibindo a cobrança. Pelo plano urbanístico desta cidade, todas as vezes em que se vai construir um *shopping*, o empreendimento tem que dar uma contrapartida: viabilizar os estacionamentos. Por quê? Porque, obviamente, vai aumentar o fluxo de pessoas e vai provocar transtorno na vida delas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Então, o estacionamento é uma obrigação do *shopping*, pelas leis urbanísticas desta cidade, Deputado Wilson Lima, é uma obrigação. O *shopping* tem que assegurar estacionamentos, locais para que os veículos possam ficar. E o que acontece hoje? Os *shoppings* colocam um estacionamento e cobram por ele. E agora o *Park Shopping* passa a cobrar também

Logo, isso é ilegal. Nós estamos entrando com um projeto de lei apenas para que a lei seja cumprida, porque a contrapartida de empreendimentos comerciais verticais, como *shoppings*, é que forneçam estacionamentos, e, portanto, gratuitos, para compensar ou minimizar o transtorno que a atividade comercial irá provocar. Então, é absolutamente ilegal. Esse projeto vem no sentido de a Câmara Legislativa resgatar o que a lei e o ordenamento urbanístico desta cidade preveem.

Era isso.

Muito obrigada pelo aparte.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eu quero agradecer o aparte de. V.Exa., parabenizá-la pelo projeto e antecipar o meu voto favorável ao projeto de V.Exa., porque é um absurdo essa cobrança de estacionamento.

DEPUTADO REGUFFE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu quero, primeiro, parabenizar a oportunidade do tema do seu discurso, parabenizá-lo pelo discurso e dizer o seguinte: eu sou radicalmente contrário a essa cobrança de estacionamento.

Aliás, não só em *shoppings*. Essa coisa de “Vaga Fácil”, eu sou radicalmente contrário. A população que pára o seu veículo em lugar público agora vai ter que pagar pelo mesmo lugar? Ou seja, sou contra.

Com relação a esses *shoppings*, tem-se que fazer uma averiguação – até porque não tenho certeza disto – para saber se aquilo não é área pública, para saber se eles não estão cobrando por uma área que é pública, porque me parece que aquela área inteira... pode até ser que seja do *shopping*, mas talvez não seja. Então, quero saber se o Governo do Distrito Federal também não está sendo leniente na fiscalização disso.

E mais, com relação também aos *shoppings*, o que me parece é uma exploração, porque, primeiro, a pessoa já vai comprar; além disso, ela ainda vai ter que pagar por um estacionamento? E, muitas vezes, sem ainda ter a segurança que é necessária?

Então, eu penso que o estacionamento deveria ser gratuito, como sempre foi, e o *shopping* ainda deveria ter responsabilidade sobre aquela área, pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

faturamento, pelo que se cobra para alugar uma loja no *shopping*, não só no *Park Shopping*.

Então eu quero me congratular com o pronunciamento de V.Exa. e dizer que eu sou radicalmente contrário a qualquer cobrança de estacionamento. Penso que não deveria haver isso, pelo menos a pessoa que consome não deveria pagar. É ainda querer pegar mais dinheiro de uma classe média que já é sofrida. Quero deixar claro aqui que, se nesta Casa for votado qualquer projeto referente à cobrança de estacionamento nas ruas de Brasília, nas quadras de Brasília, nos moldes do “Vaga Fácil”, eu sou radicalmente contrário. Eu penso que vai se cobrar por uma área que é pública e privatizar uma área pública em que a população pode estacionar hoje. E cobrar por isso?

Eu penso que o Governo deveria, sim, reprimir os flanelinhas. É isso que ele deveria fazer, cumprir a sua obrigação. No entanto, não reprime. Às vezes, os flanelinhas estão ocupando determinada área, e há 2 policiais ao lado sem fazer nada. Deveria, sim, reprimir esses flanelinhas. Agora, cobrar por isso? Sou radicalmente contrário.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte do Deputado Reguffe e, se V.Exa. me permite, quero dizer que nós poderíamos apresentar, em conjunto, um requerimento de informações sobre essa área de estacionamento do *Park Shopping*, pois eu comungo com V.Exa. nessa desconfiança. Acredito que aquela é uma área pública, o *Shopping* está em plena expansão e agora vem com mais essa forma de explorar a população oferecendo um estacionamento pago.

Eu acredito que nós deveríamos entrar com um requerimento de informações, e, se for área pública, mandar embargar aquele estacionamento como uma área de livre acesso da população. Se V.Exa. me permitir, vamos apresentar juntos um requerimento de informações sobre essa questão do estacionamento do *Park Shopping*.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, eu imaginava algo aqui, enquanto ouvia a Deputada Erika Kokay, o Deputado Reguffe, e agora, V.Exa.

A vida do cidadão é realmente muito difícil. Quando não há o pagamento desse estacionamento, você vai às superquadras, às entrequadras e se depara com outro tipo de pagamento, que é o pagamento ao flanelinha. E agora o flanelinha está regulamentado.

É difícil, realmente, escaparmos. Mas eu diria à V.Exa., quanto ao requerimento de informações, que me parece, aliás, eu ouvi em uma das rádios aqui de Brasília, que a TERRACAP estaria reivindicando um pedaço daquela área do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Shopping por ser área pública, e o *Shopping* estaria utilizando-a para estacionamento. Mais uma razão para que o requerimento de informações seja feito.

Eu comungo do mesmo ponto de vista de V.Exas.

Parabéns!

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Eu agradeço o aparte do Deputado Milton Barbosa.

Para concluir, Sr. Presidente, eu só quero dizer o seguinte: o cidadão, quando paga o IPVA, tem que ter o direito de ir, vir e estacionar. A cobrança de estacionamento no Distrito Federal, Deputado Batista das Cooperativas, é feita de forma totalmente irregular.

Nós temos uma lei nesta Casa que regulamenta essa cobrança, que seria pela proporcionalidade do tempo em que o cidadão fica no estacionamento. Eles não fazem a cobrança dessa forma. Ela é feita de forma indevida, imoral, e nós não podemos aceitar calados a cobrança de estacionamento no *Park Shopping*. É hora de questionarmos, sim. Se aquele estacionamento é público, ele deve ser disponibilizado para a população sem nenhum tipo de cobrança. Eu quero dizer que também sou contra qualquer tipo de projeto que enseje a cobrança de espaço público para o cidadão.

E sou contra a regulamentação da profissão de flanelinha. Sou contra, Sr. Presidente, porque, de certa forma, estamos privatizando também o espaço público e entregando também ao flanelinha o direito de cobrar por algo que não lhes assiste, porque cabe à Secretaria Pública do Distrito Federal garantir segurança aos cidadãos, inclusive nos estacionamentos.

O brasileiro está sendo achacado, está sendo violentado quando estaciona o seu carro, ou em área pública, porque é cobrado pelo flanelinha, ou em área de *shoppings*, hospitais, porque está sendo cobrado de forma indevida e muito cara pelo direito de estacionar o seu carro.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, eu fiquei até um pouco empolgado com esse assunto dos estacionamentos dos *shoppings*.

Faço uma sugestão a V.Exa. Como Deputado atuante, tenho certeza de que poderei colocar meu aval na sugestão de seu projeto de lei. Dado o lucro que os *shoppings* têm, acho que eles poderiam abrir um campo de trabalho, gerando novos empregos e colocando os brigadistas, os seguranças, auxiliando como manobristas e orientadores nos estacionamentos. O *shopping* poderia oferecer isso sem cobrar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

olhando assim pelos clientes. Assim, os motoristas poderiam ser orientados como e onde estacionar.

Nós somos os clientes. Vamos aos shoppings e não sabemos se nosso carro será furtado, roubado ou se seremos vítimas de sequestro-relâmpago. No avanço da violência, os comentários de V.Exa. são muito bem-vindos. Fica minha sugestão. Quero que seja de sua autoria um pedido como este de, a partir de hoje, os *shoppings* fiquem obrigados a oferecer segurança, vigia, manobrista, visando à qualidade do atendimento. É essa a sugestão.

Muito obrigado.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, concluo dizendo que é uma vergonha o que se cobra nos estacionamentos do Distrito Federal.

Muito obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que faça constar da Ordem do Dia de amanhã os seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2008; Projeto de Lei nº 1.113, de 2008; e Projeto de Lei nº 1.341, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eurides Brito, a Presidência acata o pedido de V.Exa.

Peço à Assessoria da Mesa que inclua na pauta de amanhã os projetos solicitados pela Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dia 26 é o Dia do Ciclista.

Ouvi os colegas versarem acerca dos problemas graves dos estacionamentos e dos espaços. Ouvi até o Deputado Rogério Ulysses criar uma frase de efeito extremamente interessante, que é: "o direito de ir, vir e estacionar". Isso lembra o "cabeça, tronco e rodas" com que se criticava nossa querida capital há cerca de 20, 30 anos.

Eu queria observar modestamente que há uma forma de reduzirmos esses problemas contemporizando direitos. Talvez esta seja uma das formas apenas: priorizar as ciclovias, respeitar e valorizar os ciclistas. Eu peço vênua a V.Exa., Sr. Presidente, para dizer que, no Dia do Ciclista, 26 agora, lamentavelmente temos pouco a comemorar sob o ponto de vista prático.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

O Governo pinta acostamentos dizendo que está construindo ciclovias. Isso não é realidade. É preciso que façamos um grande debate. Para tanto — exatamente porque acho que aniversário é desafio, e dos grandes —, requeiro a V.Exa., Sr. Presidente, que faça acostar à ata desta sessão o artigo de Wilson Teixeira Soares, jornalista, ciclista, ex-conselheiro da ONG Rodas da Paz, intitulado “Ciclovias e acostamentos sinalizados”. A forma de homenagearmos é deixar a advertência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, acato o pedido de V.Exa. e solicito que entregue à Taquigrafia para constar dos Anais desta Casa.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO CHICO LEITE.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Ciclovias e acostamentos sinalizados

Wilson Teixeira Soares

Jornalista, ciclista, ex-conselheiro da ONG Rodas da Paz

O outdoor cravado no canteiro central da Estrada Parque Dom Bosco, nas imediações da QI/QL 26 do Lago Sul, chama a atenção para a obra 1.356 do GDF: “implantação de vias para ciclistas”. A propaganda, à leitura rápida, induz a engano. O outdoor, em branco e verde, encabeçado pelo vocábulo ciclovia, sugere que o governo está a construir, ao longo da EPDB, uma via que segrega os ciclistas do trânsito.

Uma ciclovia é um espaço restrito aos que pedalam, área na qual veículos automotores não podem trafegar, como as ciclovias do Varjão e de São Sebastião. Não. O GDF não está a construir uma ciclovia na EPDB. A obra, que teve início e que, sabe-se lá a razão, parece ter sido paralisada, não implica a construção de uma via exclusiva. O que o governo está a fazer, com lentidão, é sinalizar os acostamentos da principal artéria do Lago Sul.

O foco é oferecer maior segurança aos usuários da bicicleta que na área trafegam. Porque a EPDB, além de ser rota de trabalhadores inúmeros, é área de treinamento de ciclistas-atletas de Brasília. A iniciativa de sinalizar horizontal e verticalmente os acostamentos insere-se no projeto cicloviário do Distrito Federal, que foi debatido com a Rodas da Paz e recebeu sugestões para seu aperfeiçoamento do ex-presidente da ONG, o engenheiro e ciclista Maurício Gonçalves.

A implantação do acostamento sinalizado, que garantirá maior segurança a quem pedala, tem função pedagógica — advertir para a presença de ciclistas na pista e constranger os motoristas a dirigir em velocidade moderada e a não perder a atenção. Apesar da implantação dos acostamentos sinalizados ser uma conquista cidadã, vozes da reação estão a protestar contra a decisão do governo por ignorar que as vias públicas são bens comuns a veículos automotores, ciclistas, pedestres, portadores de necessidades especiais, crianças e idosos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Ao investir contra a implantação dos acostamentos sinalizados, adensam a convicção cultivada por expressivo segmento de motoristas de que as vias públicas são propriedades privadas dos veículos automotores. O ideal seria, na verdade, a desnecessidade de ciclovias. E de ciclofaixas. E de acostamentos sinalizados. O ideal seria que o sistema de ensino tivesse competência para, em todos os níveis, educar para a mobilidade urbana e conscientizar sobre os direitos e deveres de cada um no trânsito.

Assim fosse, os motoristas saberiam que o Código de Trânsito Brasileiro reza que os ciclistas têm o direito de pedalar nos acostamentos. E que, inexistindo esses, devem conduzir as bicicletas pelo bordo da pista. A reação aos acostamentos sinalizados embute, contudo, uma dose de risco — a de induzir a uma iniciativa legislativa para proibir os ciclistas de pedalar nas vias públicas. Risco real, porque, no Brasil, é comum projetos de lei nascerem de ideias absurdas e até mesmo inconstitucionais.

Além de dispor sobre como os ciclistas devem trafegar, o Código de Trânsito Brasileiro disciplina que ultrapassar pelo acostamento é infração grave, punida com multa e apreensão do veículo. A prática, no entanto, é costumeira tanto no Lago Sul quanto no Lago Norte. Quem faz tal manobra coloca em risco de morte os ciclistas. E o faz conscientemente, assumindo o risco a ela inerente — o de incorrer em homicídio por dolo eventual. Como o motorista que, embriagado, dispõe-se a apostar um racha, dirigindo a velocidade absurda, no vão central da Ponte JK.

Ciclovias são obras úteis se construídas nas rotas utilizadas pelos usuários da bicicleta. De nada adianta construir uma, por exemplo, às margens do Lago Paranoá. Será um investimento perdido, utilizado, talvez, para o lazer. Quem treina ou pedala por necessidade não se desviará do trajeto habitual. E não o fará por motivo de fácil compreensão. A rota de utilização costumeira será sempre a habitual ou a mais curta. Como o direito à utilização das vias públicas é comum a todos, independentemente de como o veículo seja propulsionado, resta ao poder público uma opção — a de minimizar os riscos dos que nas ruas pedalamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho esta tarde à tribuna fazer algo que não é muito usual nos meus discursos: um elogio ao Governo do Distrito Federal.

Na minha opinião, o Governo tem muitos problemas: um problema gravíssimo na área da saúde pública, outro problema muito grave na área da segurança pública. Não há serviço público de qualidade à população, de acordo com os impostos pesados e abusivos que esta paga. Mas quero deixar registrado o meu aplauso à iniciativa do projeto das vilas olímpicas.

Esse é um projeto, na minha opinião – não sei ainda o custo dele, pedi para minha assessoria averiguar, nem como está sendo feito –, extremamente meritório. Antes de ser Deputado, ao chegar aqui, nesta Casa, já defendia que as escolas deveriam ser de tempo integral e, nos finais de semana, abertas à população do Distrito Federal para servirem como clubes esportivos que trouxessem as pessoas para dentro da escola e dessem ocupação à juventude, que poderia praticar esportes. O jovem quando se ocupa está longe das drogas e do crime.

Quero deixar meu reconhecimento público ao Governo do Distrito Federal por esse projeto. O projeto das vilas olímpicas, na minha opinião, deveria ser efetivado na escola, mas, mesmo fora da escola, mesmo o contraturno sendo fora da escola, é um grande projeto.

Quero deixar a sugestão de que não feche às 22 horas. Pode ir até mais tarde, até 0 hora, até 1 hora da manhã. O Esporte à Meia-Noite, onde foi implantado, reduziu os índices de criminalidade. Deixo a sugestão ao Governo para que estenda o projeto das vilas olímpicas até meia-noite, até 1 hora da manhã.

Na minha opinião, esse é um grande projeto. É um projeto que vai ajudar a socializar as pessoas, é um projeto que vai melhorar a qualidade de vida de locais, muitas vezes, humildes. Só está pronto em Samambaia, mas espero que fique pronto nos outros locais também e que melhore as oportunidades de lazer das pessoas, principalmente das cidades e das populações que não têm oportunidade de lazer e que precisam tê-la.

Considero esse projeto extremamente meritório e peço que ele amplie seu horário de atendimento para meia-noite ou 1 hora da manhã. As vilas olímpicas podiam ser locais de torneios entre as quadras das cidades, motivando a juventude.

É um projeto extremamente positivo, Sr. Presidente.

Com relação ao limite de 500 senhas, penso que isso poderia ser um pouco ampliado para 600, 700, até para 1.000. Há espaço para isso, talvez não no mesmo momento, mas durante todo o dia há espaço para isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

A minha obrigação como Parlamentar, toda vez que vejo algo errado, é criticar. E critico com ênfase toda vez que vejo algo errado. Mas, todas as vezes que vejo uma iniciativa positiva, tenho com minha consciência a obrigação de vir aqui reconhecer. Então, quero tornar esse reconhecimento público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vi a entrevista do Secretário de Saúde no Jornal de Brasília, e ela não corresponde ao que atestei.

Estive sexta-feira nas 2 unidades, em Sobradinho e no Hospital da Asa Sul. Estive lá para verificar se havia necessidade ou não de, em função da reforma e da construção do bloco materno-infantil, que é uma reivindicação antiga de todas e todos nós.

Estamos absolutamente favoráveis à construção do bloco materno-infantil. É uma demanda da comunidade. O bloco está sendo construído, e os profissionais e os serviços foram deslocados para outro local dentro do próprio hospital. E está funcionando bem.

O Deputado Augusto Carvalho fala que quem está criticando o fato de o hospital ter transferido o bloco materno-infantil, enfim, o atendimento às parturientes, está fazendo política antecipada. Não é verdade. Nós defendemos que o bloco continue funcionando onde está. A área está sendo reformada, ele foi transferido para o local onde ficava o berçário e, segundo a responsável pelo controle de infecção do próprio hospital, não há nenhum caso de infecção hospitalar. Ali nós temos profissionais de alta qualidade, como, aliás, são os profissionais da rede. Profissionais que estão tomando todos os cuidados necessários para assegurar o conforto, a dignidade e a segurança das mulheres que ali estão sendo atendidas para terem seus bebês. Portanto, não há necessidade de deslocar 120 profissionais de enfermagem e vários médicos para o hospital da Asa Sul, deixando a comunidade de Sobradinho sem uma unidade de atendimento às mães que vão ter seus filhos.

Nós defendemos que o funcionamento permaneça no local em que está até que seja concluída a reforma. Concluída a reforma, ocupa-se o espaço do bloco materno-infantil, porque ali ele atende à comunidade de Sobradinho e sem um caso de infecção hospitalar. Eles estão lá há quase 2 meses. Não há um caso de infecção hospitalar, não há qualquer tipo de crítica das usuárias, não há qualquer crítica que se possa estabelecer dos profissionais.

Nós somos contra o fechamento do atendimento em Sobradinho e sua transferência para o hospital da Asa Sul, porque isto priva a comunidade de Sobradinho de atendimento, até porque as crianças não avisam a hora em que vão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

nascer. Muitas vezes será impossível deslocar essas mães para terem seus bebês no hospital da Asa Sul. E nós estivemos lá também.

Eu fico pensando, muitas vezes, que o Secretário acha que a Secretaria de Saúde é dele. Aliás, o Secretário Adjunto disse que seu partido estava assumindo a Secretaria para fortalecer o PPS, logo, com o objetivo partidário de fortalecer o seu partido.

No hospital da Asa Sul morreram 2 bebês na semana passada, mortes que poderiam ser evitadas. Os bebês continuam sendo atendidos no médio risco, no alto risco, onde deveriam tomar o banho. E ficam muitas vezes sem assistência porque não há profissionais. A fala de um médico foi a seguinte: "Eu gostaria que o Governo consultasse a população para saber se ela quer a obra, se ela quer o viaduto ou se ela quer viver". Porque 2 bebês recém-nascidos foram a óbito, com mortes evitáveis. Evitáveis! Há 16 leitos de UTI neonatal bloqueados porque não há pessoal. Isso no hospital da Asa Sul, que é o hospital referência à saúde materno-infantil. Ali falta, às vezes, aminoácido para fazer a alimentação de bebês que precisam da alimentação parental.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o Hospital de Sobradinho tem que ficar lá, e gostaria de aqui dizer que é inadmissível que 2 conselheiros de saúde – diga-se de passagem, conselheiros dos mais reconhecidos em todo o Distrito Federal – tenham sido colocados à disposição da Regional de Saúde. Eles foram punidos! São servidores e representam os servidores no Conselho de Saúde, que tem como um dos objetivos a fiscalização dos serviços. Esses conselheiros, ao denunciarem a tentativa de se retirar da comunidade de Sobradinho o atendimento materno-infantil, foram abruptamente colocados à disposição da Regional de Saúde de Sobradinho, em um ato nitidamente de retaliação ao exercício das suas funções.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era exatamente a respeito disso que eu queria me referir. É a este ato abusivo, já revertido, mas absolutamente abusivo, contra estes 2 conselheiros, que são companheiros e têm lutado pela saúde no Distrito Federal a partir do Conselho de Sobradinho.

Parece-me inclusive que é momento, Deputado Wilson Lima e Deputada Eurides Brito, de colocarmos para tramitar novamente o projeto que regulamenta os Conselhos de Saúde no Distrito Federal. Esse projeto está nesta Casa desde 2007 e já teve várias idas e vindas. Talvez seja este o momento, para que não fiquemos ao sabor do capricho de direções de comportamento abusivo e desviado de sua função pública. É preciso que nós façamos este debate urgentemente. Com uma lei que regularize isso, acaba esta história de colocar à disposição aquele que está cumprindo a sua função pública e social.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Era este o aparte que tinha a fazer, solidarizando-me com as palavras de V.Exa. e solidarizando-me com aqueles companheiros e com todos os destinatários dos serviços de saúde, porque, repito, é preciso dizer ao Governo: saúde não tem preço.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Sr. Presidente, nós estamos aqui com os Conselheiros Aécio e Carlos, que estão aqui acompanhando os trabalhos desta Casa no dia de hoje.

Eles foram vítimas de retaliação. Houve reunião do Conselho de Saúde, de que nós tivemos o prazer de participar, na última sexta-feira. Neste caso realmente não cabe, no que diz respeito à democracia e ao controle social, a punição aos 2 conselheiros. Diga-se de passagem, pelo que eu já andei nesta cidade e pelo que eu conheço da política de Saúde, que são os melhores conselheiros que Brasília tem. Eu queria parabenizar vocês pela função e dizer, como eu disse na sexta-feira, que nenhuma injustiça é para sempre. Parabéns! Brasília deve muito a vocês, particularmente a população de Sobradinho, pelo compromisso que vocês têm com a saúde daquela regional e de todo o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou de volta a esta Casa hoje e agradeço de coração as palavras e os telefonemas daquelas pessoas que me ligaram por este período todo.

Agradeço a todos os Deputados que me ligaram: Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Reguffe, Deputado Bispo Renato, Deputado Raad Massouh, Deputado Leonardo Prudente. A todos eles, muito obrigado.

Aqui as pessoas estão dizendo “muito bem-vindo”. Eu queria ter dito à Deputada Erika Kokay, quando me fez a pergunta, com um certo ar de “voltou”, que, para a sua alegria, estou de volta, mas não pude fazê-lo.

Eu gostaria de falar do mesmo assunto que a Deputada abordou aqui, a questão da saúde. Eu estou, realmente, indignado com a saúde no Brasil. Indignado!

O Brasil, no dia de ontem, conheceu uma faceta, fruto de uma carta enviada ao RJTV – que é o DFTV do Rio de Janeiro - por um pai indignado com uma reportagem que chamava o seu filho de assassino, porque estrangulou a amiga, que era vizinha e morava em frente a sua casa. Para a família, ele falava que era namorada, mas, para os amigos, ela não era namorada dele.

O desabafo daquele pai em sua carta mostra como nós estamos jogados às traças. Você não tem o que fazer! Quantas pessoas me procuram querendo internar um filho ou filha numa clínica para tirá-lo do vício? Quantos viciados estão por aí? Chamar o filho de fulano de tal de maconheiro, de viciado, de drogado é fácil. Agora,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

o que nós estamos fazendo para melhorar e atender um dependente químico? O que nós estamos fazendo para melhorar? O Governo Federal vai investir 100 milhões de reais na segurança pública. E na área dos dependentes? Nada.

Ontem, nós vimos um cidadão do Ministério da Saúde dizer, em uma entrevista ao Jornal Nacional, que, se seu filho tiver um surto de overdose, basta você ligar para o SAMU, 192, que ele será atendido. Ele foi imediatamente contestado por outro médico em São Paulo.

Então, nós estamos vivendo um momento de dificuldade, pois não sabemos o que fazer. Falar da saúde pública no Distrito Federal é muito fácil, pois estamos aqui, estamos vivendo. Agora, vamos falar de maneira geral. Eu estou falando da questão específica dos dependentes químicos. Não estou desviando.

A droga entra no País sem controle. Não há controle. E o Distrito Federal tem fronteiras. Agora, não se pode ver o filho do fulano de tal que está viciado e deixá-lo simplesmente. Vamos ajudá-lo. Foi fácil para o jornal mostrar o Rafael Ilha, ex-Polegar, um rapaz que já se envolveu em mais de 8 situações em caso de polícia, definhando. Ninguém fez absolutamente nada. Que tipo de investimentos chegam da área federal ao Distrito Federal para uma clínica de desintoxicação?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me um aparte V.Exa.?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Geraldo Naves, eu concordo com V.Exa. que nós não temos atendimento para pessoas com síndrome de drogadição e, particularmente, para crianças e adolescentes.

O Ministério Público impetrou uma ação, que foi vitoriosa, para que o Governo do Distrito Federal providenciasse um local para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de drogadição. O Governo do Distrito Federal não cumpriu.

Agora, eu gostaria que V.Exa. tivesse escutado o depoimento, que não é o único, de uma senhora que dizia que estava voltando para Parnaíba, no Piauí, porque lá havia um CAPS para atender o seu filho, o que não há aqui.

Brasília só ganha do Estado do Amazonas, por enquanto, em número de CAPS. Aqui há 2 CAPS — Centros de Atenção Psicossocial que atendem a drogadição — álcool e droga —, insuficientes para o atendimento da população adulta, e nenhum para a população infanto-juvenil. Os adolescentes estão indo para fora de Brasília para poderem ter um atendimento e se libertarem da drogadição, da síndrome de dependência.

Essa senhora dizia que saía para trabalhar e deixava o filho amarrado. Não é a primeira. Na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Parlamentar, várias mães disseram para nós: “Tenho que deixar meu filho amarrado”. Algumas deixam em grades, em verdadeiras jaulas.

Então, a Saúde Mental no Distrito Federal não pode continuar com esse nível de atendimento. O Distrito Federal recebe verba do Governo Federal para implantar e manter os CAPS. O CAPS, ainda que funcione precariamente... O CAPS do Paranoá não atende criança e adolescente, nem quem tem síndrome de drogadição, mas atende quem tem transtornos mentais graves e funciona muito bem, apesar de toda a precariedade.

Eu gostaria de dizer que é inadmissível que o Governo do Distrito Federal não tenha olhar para a drogadição. Encerro com este dado, Presidente Wilson Lima: no CAJE, 99% dos adolescentes que ali estão têm envolvimento com droga. Ou nós percebemos que a droga é uma variável de desequilíbrio social e precisa ser enfrentada sob todos os pontos de vista ou, então, nós estaremos banalizando o que acontece com nossos meninos e banalizando a própria violência.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu concedi um aparte à Deputada Erika Kokay, mas parece que S.Exa. não entendeu o que eu estava falando, porque S.Exa. falou especificamente do Distrito Federal.

S.Exa. está falando que aqui há 2 CAPS, mas, em São Paulo, não há nenhum. No Rio de Janeiro, não há nenhum. Isso ficou claro, ontem. Então, o atendimento a dependente químico não existe. O viciado está jogado às traças. Vai para os Alcoólatras Anônimos, que está ali para atender os que têm problema com álcool. Ontem ficou claro no Jornal Nacional que o caos é no Brasil, não especificamente num estado. Não adianta falar que, no Distrito Federal, é pior. Não! A droga está avançando e avançando sem controle!

Então, nós temos que falar que o Governo do Sr. Luís Inácio Lula da Silva, do PT, está pecando e muito no campo da saúde, no campo da segurança, no campo da educação. Está pecando muito! Muito! Então, não venha com marola, balela. Pode inventar o nome que quiser. Não venha com essa conversa, não! A verdade é uma só para quem quiser ver. Tapa o sol com a peneira e fala só de Brasília. Aqui está ruim? Está, mas, nos outros lugares está pior. Vá ao Entorno do Distrito Federal. Não venha com conversinha para o meu ouvido, pois ele está muito cheio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, Líder do Governo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (Bloco Parlamentar Democrático Progressista. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

O motivo que me traz a esta tribuna é essa pergunta: quem salvará o Parque Três Meninas? Houve uma promessa do Governador José Roberto Arruda de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

seriam destinados ao parque, em 2007, 467 mil reais para obras. A preocupação é grande.

O parque, hoje, completou 16 anos. Tem 72 hectares. Tem 12 casas que estão abandonadas. Tem uma piscina que nunca foi usada. Tem várias nascentes, grutas, cachoeiras.

No começo deste ano, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, nós fizemos um trabalho de limpeza do parque, juntamente com a Polícia Florestal. Conseguimos tirar quase 100 sacos de lixo da nascente daquele parque. Foram 90 funcionários que nos ajudaram nessa ação. Eu acredito que o parque não é só de Samambaia, mas de toda a Brasília. Há uma nascente lá que provavelmente vai morrer se não tiver os cuidados devidos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, eu aparteio V.Exa. para dizer que, como no Parque Três Meninas, não tem sido diferente a ação do Governo, lamentável, em relação à preservação do meio ambiente.

Para V.Exa. ter uma ideia, nós fizemos um dado comparativo em nosso perfil do *Twitter*, por onde nós temos feito a divulgação para a população do acompanhamento da execução orçamentária do Governo. Fizemos um traçado paralelo. O Governo gastou mais com o *show* da Xuxa, que custou 500 mil reais, do que com a preservação do cerrado, que custou 444 mil reais.

Então qual é a prioridade do Governo?

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite. Essa é a nossa preocupação, inclusive na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Sr. Deputado.

Provoquei uma reunião com o Presidente da ADASA sobre os nossos parques porque eu acredito que a ADASA tem que estar envolvida nesse processo juntamente com o IBRAM.

São pequenas ações que vão fazer a diferença. Inclusive se o Governador cumprir a promessa de destinar o que foi prometido, pode-se começar um pequeno trabalho. No ano retrasado, eu elaborei uma emenda para preservação daquele parque, que não chegou ao destino porque não foi executada.

Então eu gostaria de chamar a atenção: quem salvará o nosso parque? Eu gostaria que o Governo tivesse muita atenção sobre esse parque.

O segundo motivo, Sr. Presidente, é que foi inaugurada a Praça Cauhy no Núcleo Bandeirante, neste final de semana.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Completa, neste mês, 50 anos que o ex-Deputado Jorge Cauhy mudou-se para Brasília. Ele foi uma pessoa voltada para a população menos favorecida. Criou o Lar dos Velinhos. Com aquele seu jeito tranquilo e conciliador, foi uma pessoa que deixou saudade nesta Casa Legislativa.

Portanto, meu pronunciamento é para dizer que esse grande homem, que sempre foi companheiro de meu pai, Joaquim Roriz, hoje estaria completando 50 anos nesta cidade.

DEPUTADO BRUNELLI – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, sobre a questão do Parque Três Meninas, lá nós tínhamos uma pré-escola que dava atenção a uma população muito carente. Infelizmente, com a quebra dos convênios, as demissões do ICS, as demissões dos ex-conveniados da NOVACAP — promessa de que eu participei dentro da minha igreja, uma promessa escrita e mais uma daquelas não cumpridas —, o Parque Três Meninas perdeu esse grande alcance que tinha para toda aquela população na área de ensino.

Quero me somar às palavras bem colocadas, com o equilíbrio de sempre, da Deputada Jacqueline Roriz, que também expôs uma história social. Nós entendemos também que a nossa cidade precisa resgatar algo naquele setor, porque, realmente, o povo está clamando por uma grande mudança.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Agradeço o aparte do Deputado Brunelli.

Eu gostaria de as palavras da Deputada Erika Kokay. Será que 2 mil obras matam fome, preservam parques? Acho que nós precisamos de um Governo mais humano, com menos obras e com mais atenção à população.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Parlamentar Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Brunelli, meus cumprimentos pessoais.

Eu queria parabenizar por estar aqui agora o mais novo cidadão honorário de Brasília, o radialista Marcelo Ramos, que deslocou a solenidade para fora daqui e, com isso, não pudemos chegar lá.

Sr. Presidente, vou voltar aqui a um tema. Eu sou insistente.

Conseguimos o ano inteiro falar sobre o não aumento do IPTU, e o Governo não aumentou. Eu tenho falado ultimamente sobre uma carreira na estrutura do Governo do Distrito Federal que não teve revisão de remuneração alguma. Os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

integrantes dessa carreira são esquecidos por nós aqui, por todos nós. Eu clamava na semana passada que os integrantes dessa carreira não têm padrinho, e que nós devemos apadrinhá-los. Eu me refiro aos servidores do Carreirão, que não têm quem fale por eles.

Eu, agora há pouco, conversava com a assessora do Secretário Ricardo Penna. Ela me dizia que S.Exa. estava em uma audiência com o Secretário Augusto Carvalho tratando evidentemente do problema de revisão salarial do restante das carreiras da Saúde, mas não podemos nos esquecer do Carreirão.

O que ocorre, Sr. Presidente, é que hoje, depois do efeito Patrício, o Plenário está comparecendo no mesmo horário em que V.Exa. chega.

O pessoal aqui está em maior volume e o volume das vozes também está baixando um pouquinho o som, mas eu tenho certeza de que vamos chegar a bons termos. Alguém baixa um pouquinho e nós podemos ser ouvidos. Não é, Deputado Raimundo Ribeiro? Não é, Deputado Raimundo Ribeiro? Deputado Raimundo Ribeiro, que chegou agora, mas está presente, eu estou dizendo aqui que nós haveremos de temperar as vozes dali com as vozes daqui para que possamos ser ouvidos e ouvi-los também.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Primeiro, eu quero concordar com V.Exa. que esse microfone está muito baixo e as vozes deste Plenário, sejam as dos Deputados, sejam as dos assessores, estão em volume maior do que o do seu microfone.

Eu estava prestando atenção no seu discurso e quero reforçá-lo. Os servidores de que V.Exa. está tratando neste momento merecem realmente desta Casa e também do Poder Executivo local um tratamento respeitoso. Só para se ter uma ideia, 8 mil servidores do GDF têm vencimentos menores do que o salário mínimo nacional, o que faz com o Governo, Deputado Milton Barbosa, todos o meses, tenha que complementar o salário desses servidores para que não fiquem com um vencimento menor do que o salário mínimo. Isso é uma vergonha em se tratando da capital do País, que tem um dos mais altos custos de vida do Brasil. Espero que, juntamente com V.Exa., os Parlamentares que desejarem, se somem a essa luta em defesa do Carreirão do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu gostaria de pedir ao Plenário e à assessoria dos Parlamentares que, por gentileza, baixassem o tom de voz, para que os oradores pudessem fazer uso da palavra nos Comunicados de Líderes e, posteriormente, nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO PAULO TADEU – Quero, então, Sr. Presidente, concluir meu aparte neste silêncio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Eu gostaria de propor a V.Exa., bem como ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, e ao Deputado Milton Barbosa uma providência a ser tomada: aumentar o valor do auxílio-alimentação, bem como o dos demais auxílios que esses servidores recebem. É possível, há dinheiro para isso e nós já poderíamos trabalhar em uma emenda conjunta, de todos os Parlamentares, para melhorar essa questão.

Quanto à emenda à Lei Orgânica proposta por mim, eu já disse a V.Exa. e aos Parlamentares que abro mão da sua autoria, para que possamos aprovar ainda este ano essa matéria que propõe que nenhum trabalhador do Governo do Distrito Federal tenha vencimento menor do que o salário mínimo.

Portanto, quero parabenizar V.Exa., me somar a V.Exa., juntamente com os demais Parlamentares que desejarem defender o servidor público do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Paulo Tadeu.

Eu queria, para concluir, dizer que estou apresentando, juntamente com o Deputado Paulo Tadeu, um requerimento que solicita audiência pública para discutir a situação salarial dos servidores do Carreirão.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria dizer que o projeto A Câmara Mais Perto de Você estará no Riacho Fundo II em breve. A data o Sr. Presidente vai definir.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

O Deputado Leonardo Prudente é o próximo inscrito.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, a minha preocupação é a seguinte: tínhamos a previsão de fazermos a sessão itinerante nos dias 3, 4 e 5, em Sobradinho, e nos dias 17, 18 e 19, no Riacho Fundo II.

Como as datas estão muito próximas, a pauta de votação vem se enchendo a cada dia e há um volume grande de feriados, eu quero consultar os Deputados se realmente S.Exas. desejam fazer 2 eventos antes do fechamento do ano ou se faríamos apenas 1. Cancelaríamos o evento do dia 4 e faríamos o do dia 18.

Eu gostaria de ouvir os Líderes para que pudéssemos tomar essa decisão. Há 2 propostas. A primeira é fazermos o A Câmara Mais Perto de Você, em Sobradinho II e no Riacho Fundo II; a segunda proposta é fazermos em Sobradinho II nos dias



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

18, 19 e 20 e deixarmos a do Riacho Fundo II para a primeira sessão de fevereiro do ano que vem.

A preocupação que eu tenho é a seguinte: os Deputados estão muito sobrecarregados, houve dificuldade de *quorum* no segundo dia. Então, é importante essa visão.

Portanto, eu queria aqui que o Presidente submetesse as propostas aos Líderes.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação ao Deputado Leonardo Prudente. Como a iniciativa foi de V.Exa., Deputado Leonardo Prudente – e eu confio sempre naquilo que me é dito –, anunciei no Riacho Fundo II que a Câmara iria para lá. Inclusive, me ligaram hoje para colocar o administrador em contato com a sua assessoria para já escolher o local. Quero dizer que, quando eu assumo algo, eu realmente assumo.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Submeto à apreciação do Plenário a proposta do Deputado Leonardo Prudente de realizar as próximas sessões do A Câmara Mais Perto de Você nos dias 18, 19 e 20, no Riacho Fundo II, e deixar as demais sessões para o ano que vem, começando por Sobradinho. Se algum Deputado discordar, que se manifeste. (Pausa.)

Estão todos de acordo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse vista a possibilidade de, hoje ou amanhã, aprovarmos uma manifestação, por meio de uma moção, de solidariedade aos servidores da saúde que se encontram em greve, deflagrada no dia de hoje.

Em algumas regionais, essa greve está tendo um impacto muito grande. Acho que cabe a esta Câmara Legislativa se empenhar ao máximo para buscarmos uma negociação profícua para essas categorias e, ao mesmo tempo, manifestarmos apoio a essa luta dos servidores da saúde.

Não são só os médicos que constroem a saúde diuturnamente. Nenhuma unidade de saúde funciona apenas com médicos. Os médicos arrancaram a proposta, através da sua própria luta, a qual votamos favoravelmente, mas é preciso estender proposta semelhante para todos os servidores da saúde que se encontram em greve, por tempo indeterminado, a partir de hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Portanto, Sr. Presidente, apenas para que possamos apreciar uma moção de solidariedade aos servidores da saúde que se encontram paralisados, a partir de hoje, em um processo paredista, por tempo indeterminado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação ao programa A Câmara Mais Perto de Você, Deputado Leonardo Prudente, Deputado Milton Barbosa, acho que temos que garantir a realização de sessão em Riacho Fundo II. Contudo, quero sugerir que a Mesa Diretora da Casa possa, em uma reunião, estabelecer esse calendário. Pode ser que a maioria não considere assim, mas eu acho importante esse programa. Nós temos de aperfeiçoá-lo e garantir que a Câmara esteja, realmente, desenvolvendo uma relação mais próxima com a população.

Então, quero sugerir a V.Exa., sem prejuízo do encaminhamento da consulta a todos os Parlamentares e Líderes, que a Mesa Diretora se reúna e estabeleça um calendário.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, antes de fazer o meu pronunciamento, quero dizer ao Deputado Paulo Tadeu que convocarei os Deputados membros da Mesa Diretora para deliberarmos sobre isso. Salvo melhor juízo, o Plenário delegou, então, neste momento, à Mesa a definição do calendário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou fazer 2 comunicados, se V.Exa. me permite.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Fique à vontade, Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – O primeiro comunicado é em nome da Presidência. Antes de mais nada, quero dar as boas vindas ao Deputado Aylton Gomes, que volta no dia de hoje. Estávamos com saudade de V.Exa. Seja muito bem vindo, Deputado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Sr. Presidente, na semana passada, o projeto A Câmara Mais Perto de Você esteve nas cidades do Itapoã e do Paranoá.

Quero, Deputado Paulo Tadeu, fazer uma prestação de contas sobre as ações que foram ali empreendidas e os resultados que já advieram dessas ações. Estivemos 2 dias ouvindo as sugestões, as colocações, as críticas, os elogios, as recomendações da população à Câmara legislativa, mas, principalmente, ao Governo.

Houve muitas reclamações sobre ações que não foram implementadas por parte do Governo, Deputado Paulo Tadeu. Naquele momento, nós fizemos um resumo de todas as demandas. Foram 50 oradores inscritos nos 2 dias, e todos eles foram convidados para, na sexta-feira, fazerem uma avaliação com a equipe do Governo.

Pela primeira vez, Deputado Paulo Tadeu, acho que pelo respeito que hoje o Poder Executivo tem por esta Casa, o Secretário de Governo foi acompanhado de 12 autoridades do primeiro escalão, entre diretores, presidentes e secretários de estado, em todas as áreas. Doze membros do primeiro escalão do Governo estiveram presentes, naquele dia, para dar uma resposta à população.

Eu queria citar aqui os 10 itens com os quais o Governo ali, Deputada Eurides Brito, a pedido, por pressão legítima deste Parlamento, se comprometeu com a população - a iluminação e o posto policial nas quadras 378 e 318 foram autorizadas; a duplicação da DF-250 já para o início de 2010. Estão terminando os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD –, que é o relatório de impacto ambiental exigido pelo IBRAM. Tão logo se termine o PRAD, no início do ano que vem, já começa a duplicação dessa rodovia.

Antes desta duplicação, para que não haja mais mortes naquele local, imediatamente será instalada uma barreira eletrônica no início da DF-250, logo depois daquele balão que sai do Paranoá para o Itapoá.

Para ali também se conseguiu a prorrogação do decreto que prejudicava muito os frigoríficos instalados no Distrito Federal. Ali nós temos um frigorífico que gera mais de 50 empregos, um abatedouro ali próximo, na região chamada Sobradinho dos Melos. O Secretário de Fazenda ouviu o pleito e prorrogou o prazo para reabrir a negociação em relação às alíquotas. O Governo estabeleceu uma alíquota de 40%, que é impagável. É impossível atender essa alíquota. Iria acontecer muito desemprego se não tivesse ali uma posição da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o referendo por parte do Governo.

Tivemos também autorização para o início dos projetos da construção do batalhão da Polícia Militar, do batalhão do Corpo de Bombeiros e da delegacia de polícia também para o Itapoá. Foi autorizado o reforço de toda a iluminação pública na cidade do Paranoá e no Itapoã. As obras começam a partir de hoje, Deputada Eurides Brito, uma semana depois.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Além disso, construção do terminal rodoviário do Itapoã para que haja separação das linhas de ônibus. Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. que luta pela melhoria do transporte no Distrito Federal, deve saber que o grande problema que a população do Itapoã e do Paranoá têm é que os ônibus que fazem a linha do Paranoá são os mesmos que fazem a linha do Itapoã. Quando um ônibus sai de uma cidade e chega à outra, chega lotado. O cidadão, às vezes, tem que esperar 3 ônibus daquela mesma linha para poder entrar no coletivo. Então, já foi determinado o início da licitação do terminal de ônibus no Itapoã e imediatamente a separação das linhas. Linhas só para o Itapoã e linhas só para o Paranoá foi a reivindicação da população que foi lá. A pedido da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governo atendeu.

Também neste sábado, Deputado Paulo Tadeu, iniciaram as obras da nova feira do Itapoã. Existe uma demanda judicial naquele local onde se construirá a vila olímpica e a feira permanente. Enquanto não se resolver esta demanda, os comerciantes e feirantes permanecerão em situação muito precária. O Governo já determinou a colocação das tendas e do banheiro químico, bem como o asfaltamento do local. Essas obras também estão começando esta semana, Deputada Eurides Brito, Líder do Governo.

Um projeto de lei foi solicitado, e quero submeter isso à apreciação de todos os Deputados.

Eu gostaria de colher assinatura de todos os Deputados para a ONG Lixo Mania e também para as festividades das quadrilhas das festas julinas do Paranoá, que também foi um apelo daquela comunidade; a creche comunitária do Itapoã também foi autorizada.

Finalmente, Deputado, a grande discussão do orçamento da região, comandada pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Um grande evento que aconteceu foi a discussão do orçamento.

Aproveito para parabenizar a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na pessoa do Deputado Paulo Tadeu, bem como do Presidente, Deputado Cristiano Araújo, pelo trabalho realizado no A Câmara Mais Perto de Você no Itapoã e, na semana passada, no Paranoá.

Hoje estive presente com V.Exa. e com o Deputado Benedito Domingos numa ação itinerante da Casa em Taguatinga, onde fizemos a grande audiência pública comandada por V.Exa.

Faço, Deputada Eurides Brito, essa prestação de contas a respeito do que a comunidade solicitou, de como a Câmara pressionou. O Governo, atendendo ao apelo da população e dos Deputados, já aceitou a proposta. É preciso que V.Exa. transmita ao Governador e ao Secretário de Governo os nossos mais sinceros agradecimentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Faço um apelo aos Deputados. No próximo A Câmara Mais Perto de Você, também teremos aquele momento muito bonito em que há a entrega das homenagens àquelas pessoas que mais trabalharam pela comunidade. No último evento, muitos Deputados não puderam estar presentes. A maioria se ausentou, e os convidados ficaram recebendo homenagens de pessoas que eles não conheciam.

Quero determinar ao Cerimonial que, no próximo A Câmara Mais Perto de Você, as homenagens sejam entregues aos homenageados somente quando os Deputados que solicitaram a homenagem estiverem no local. Se os Srs. e Sras. Deputados não puderem estar presentes naquele momento, não convidem o homenageado. Tomarei essa decisão de não entregar as moções na ausência dos Deputados para garantirmos também as presenças dos Parlamentares.

Agradeço a benevolência do Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu, último inscrito no Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu peço ao Deputado Paulo Tadeu permissão para falar, antes de S.Exa. fazer seu pronunciamento.

Deputado Leonardo Prudente, eu gostaria de parabenizar a Presidência pelo cumprimento de toda a programação prevista para as Regiões Administrativas do Paranoá e Itapoã e também pela sensibilidade de V.Exa., dado o calendário apertadíssimo que temos até dezembro, de aceitar que só façamos, agora neste final de semestre, mais uma reunião. Ao inaugurarmos o novo ano legislativo, começaríamos pela região que deixou de ser atendida. Isso é uma prova da sensibilidade e da boa condução dada por V.Exa. aos trabalhos.

Sem qualquer intenção de polemizar, eu só queria dizer que o Governo vê esse programa como uma excelente colaboração. Então, não se trata de a Câmara Legislativa ter pressionado e o Governo atendido. O Governo recebeu de bom grado a colaboração dada por esta Casa, e o que era possível resolver foi resolvido. É forma dinâmica, e a Câmara está colaborando para solucionar de maneira mais rápida os problemas, sob a eficaz condução de V.Exa. Só tenho de parabenizá-lo por esse trabalho.

Sr. Presidente, acabando os pronunciamentos, nós não deveríamos dispensar o *quorum* que temos hoje para, como já acertado, analisarmos os vetos, a fim de destrancar a pauta. Essa história de vetos já está ficando cansativa. Toda semana



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

nós tentamos trabalhar para destrancar a pauta, mas no momento da análise dos vetos, praticamente a sessão está sendo encerrada.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Leonardo Prudente sobre a conclusão dos trabalhos do A Câmara Mais Perto de Você no Itapoã e no Paranoá.

Tem de fazer isso mesmo, Sr. Presidente. Tem de exigir de quem faz o asfalto, de quem faz a praça, de quem faz a delegacia - que é o Poder Executivo -, as providências que a população solicitou.

Sugiro à V.Exa. que, relativamente às medidas adotadas nas outras cidades em que estivemos, solicite ao Governo a realização desse projeto, porque fica ruim não informarmos aos que nos procuraram como está o andamento de seus pleitos.

Essa interface do A Câmara Mais Perto de Você com aquele que foi lá, que esbravejou, que pediu, é que é fundamental. É preciso que ele acredite, com a resposta que a Câmara dê a ele.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Peço um aparte mesmo sem o devido amparo regimental, com a vênua do Presidente Wilson Lima.

Na última ida ao Governo, designamos o servidor William Almeida e o Secretário-Adjunto de Governo Dr. Flávio monitores do andamento de todas as demandas. Assim, eles prestarão contas, semanalmente, para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e para o Executivo, de todas as demandas solicitadas, desde as de Ceilândia até essas de agora. Isso é para que, no final do ano, possamos fazer uma grande prestação de contas e um grande balanço de tudo o que foi pleiteado, tudo o que foi manifestado e tudo o que está em execução.

Parabéns, Deputado Milton Barbosa! Esta Presidência acata o encaminhamento de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, reforço que é fundamental que aquele que fez a demanda tenha uma resposta da Câmara - não do Governo - a respeito do andamento de sua solicitação.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Leonardo Prudente e demais Parlamentares, é muito importante esse fato e quero falar um pouco mais sobre o A Câmara Mais Perto de Você, instituído neste ano. Na minha avaliação, tem sido um programa acertado do ponto de vista de criarmos mecanismos que aproximem a Câmara da população.

Também é importante que nós, Deputado Leonardo Prudente, ao recebermos as pessoas nesta Casa, possamos dar a elas um retorno.

A Deputada Erika Kokay fez um discurso sobre a situação dos conselheiros de Sobradinho – está ali o Borrachinha, o companheiro Aécio. São 2 conselheiros que, como disse a Deputada Erika Kokay, no ato de suas funções, foram afastados e colocados à disposição inclusive da Regional de Saúde.

Acho que não cabe aqui, nesse caso, entrarmos no mérito. A Casa, Deputada Eurides Brito, que é Líder do Governo, deveria fazer um levantamento dessa situação e – é claro – garantir que sejam aprimorados a democracia, as críticas que os conselheiros fazem, o papel que eles executam. Tudo isso é muito importante para a nossa cidade.

Quero aqui prestar a minha solidariedade aos companheiros, colocar-me à disposição e pedir a esta Casa que adote os procedimentos necessários. Está aqui o Deputado Bispo Renato, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Temos também a Comissão de Educação e Saúde, que pode e deve tratar desse assunto. Somo-me a vocês neste momento.

Deputado Leonardo Prudente, com relação ao projeto A Câmara Mais Perto de Você, solicito à Mesa Diretora desta Casa que faça um balanço juntamente com V.Exa. Tenho percebido que há alguns pontos, algumas arestas, a serem aparadas. É importante apará-las. Na minha opinião, é fundamental que aprimoremos e fortaleçamos esse trabalho.

A Câmara não é uma sucursal do Palácio do Buriti, uma secretaria do Palácio do Buriti. Esta Casa é autônoma e independente do Governo do Distrito Federal. E assim ela tem que agir. É claro que aqui há Parlamentares que são da base do Governo e há Parlamentares que são da Oposição. Isso é extremamente legítimo.

Agora, a Câmara é independente e tem que agir como tal. Ao se dirigir às cidades do Paranoá e do Itapoã e às demais cidades e levantar essas problemáticas, a Câmara Legislativa está cumprindo a sua função. Quando o Governo vai até o A Câmara Mais Perto de Você e leva 12 membros do primeiro escalão e o Secretário de Governo e começa a atender às reivindicações feitas pela população a nós, Parlamentares, isso é extremamente correto. Como disse a Deputada Eurides Brito, é uma demonstração de respeito do Poder Executivo ao Poder Legislativo. É assim que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

tem de ser tratado. É obrigação do Poder Executivo tratar o Poder Legislativo dessa maneira. E nós temos que dar continuidade a esse programa. Temos que fortalecê-lo.

Provavelmente, poderemos fazer algumas adaptações. Podemos fazer algumas adaptações, Deputado Leonardo Prudente. É fundamental que façamos isso, porque é impressionante, Deputado Geraldo Naves e Deputado Reguffe, a anticampanha ao Poder Legislativo que é feita diária, mensal e anualmente. Agora, quando a Câmara faz a sua campanha, do ponto de vista de se aproximar das reivindicações da população, alguns criticam. Aí, ela não pode. Aí, começa-se a se verificar o quanto se gasta.

Ora, é engraçado: a Câmara, se vai, é criticada; se fica, também é criticada. Percebi, nas várias reivindicações, Deputado Leonardo Prudente, Deputado Reguffe, Deputada Jaqueline Roriz... Nas várias reclamações, inclusive da Câmara, percebi que a população quer, de fato, a Câmara como instituição, porque como Parlamentares, cada um faz o seu trabalho. Como Parlamentares, cada Parlamentar faz o seu trabalho. O Deputado Reguffe, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Wilson Lima, o Deputado Brunelli, todos nós fazemos o nosso trabalho individualmente. Agora, como Poder instituído, a Câmara tem que estar mesmo organizada e funcionando perto dos eleitores. Então, quero defender esse programa. A Mesa Diretora tem todas as condições de garantir o funcionamento desse calendário.

Quero, só para terminar, dizer o seguinte: a Câmara recebeu uma série de reivindicações durante a audiência que a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças fizeram lá. Houve também um programa organizado pela Selma, que é aquele que leva os estudantes da cidade até a Câmara, a Escola Legislativa. Lá, recebemos uma série de demandas. Demandas que cabe ao Poder Executivo encaminhar e executar e demandas que cabem ao Poder Legislativo. Por exemplo, quanto às emendas ao Orçamento do Paranoá e do Itapoã. Deputado Leonardo Prudente, nós temos que ter um compromisso. Temos que acatar emendas legítimas, como, por exemplo, mais um hospital no Itapoã. Temos que garantir o apoio ao esporte e à cultura.

Imaginem vocês que as demandas do Poder Executivo, vamos encaminhá-las ao Poder Executivo, para que ele possa executá-las. Aqueles pedidos que foram feitos à Câmara Legislativa, temos que acatar. Cabe a nós acatá-los. E o que eles pedem é que acatemos as emendas ao Orçamento. Então, eu disse, inclusive, ao Presidente da Câmara – estavam lá o Deputado Benedito Domingos, o Deputado Milton Barbosa e, é claro, o nosso Presidente –, recebemos uma série de propostas de emendas.

A Câmara tem que acatar as emendas, e não pode ser emenda de um ou outro Parlamentar, não; nem da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Tem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

que ser emendas de todos os Parlamentares, emendas do Poder Legislativo, para que possamos, depois, dar um retorno àquela população.

Então, que V.Exa., que a Mesa Diretora, que os Líderes deem condições para que a Câmara Legislativa atenda às emendas orçamentárias do povo do Itapoã e do Paranoá. Parabenizo o Poder Legislativo por esses programas que V.Exa. está conduzindo, Deputado Leonardo Prudente.

É muito fácil as coisas ficarem do jeito que estão. É mais difícil querer mudar. Então, temos que arriscar mais. Este Poder tem que arriscar mais; tem que ficar mais próximo da população; tem que atender às demandas do pessoal da saúde, que está em greve; conduzir uma negociação com o Poder Executivo; tentar solucionar essas crises. É esse o papel que cabe a nós. Tenho certeza de que é isso o que a população quer de nós e que vai fazer com ela respeite a Câmara Legislativa.

Eram essas as minhas palavras. Reforço, portanto, todas as iniciativas que esta Casa tomar no sentido de aproximar a população da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, eu quero apenas fazer um esclarecimento ao Deputado Paulo Tadeu, com a anuência do Deputado Geraldo Naves.

Deputado Paulo Tadeu, eu queria pedir ao Presidente que submetesse uma questão ao Plenário.

Hoje, juntamente com o Deputado Benedito Domingos e o Deputado Cristiano Araújo, foi colocada a questão das emendas que estão sendo requeridas pela população nas 3 grandes audiências públicas. Duas que já foram feitas e uma que ainda será feita. Eu gostaria que esta Presidência submetesse ao Plenário uma cota extra de 20 milhões para que todos os Deputados... Essa seria uma emenda coletiva das bancadas. Que fosse subscrita por todos os Deputados, conforme disse aqui o Deputado Paulo Tadeu, e que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças selecione todas essas emendas, fruto exclusivamente do trabalho, das discussões das 3 grandes audiências públicas externas. Que V.Exa., juntamente com o Deputado Benedito Domingos e os demais membros, preparassem essas emendas dentro deste limite, e que todos os Deputados assinassem. Ao invés de termos emenda de bancada, teríamos emenda da Câmara Legislativa. Emenda da audiência pública.

Então, se os Deputados estiverem de acordo, que o Presidente, Deputado Wilson Lima, submeta isso ao Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei apenas para complementar aqui o que foi dito pelo Presidente.

É importante que essas emendas sejam exclusivas para as demandas das audiências públicas e não para emendas dos Parlamentares. Porque senão vai bagunçar o orçamento.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Exatamente. Somente para as audiências públicas. Que estejam registradas nas notas taquigráficas das audiências públicas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Exatamente.

Então, a questão que V.Exa. fará, Deputado Wilson Lima, é colocar em votação se os Líderes concordam com a proposição do Presidente desta Casa, relativa aos 20 milhões para as demandas das audiências públicas. Emenda coletiva da Casa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – É a somatória de todas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A proposta do Deputado Leonardo Prudente está em votação. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a proposta permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A proposta está aprovada.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer coro com a nossa Líder de Governo. E a minha questão de ordem é no sentido de começarmos logo a votação. Que nós apreciássemos tudo que há para ser apreciado. Os vetos principalmente.

Eu cancelo a minha inscrição nos Comunicados de Parlamentares em razão disso. Portanto, quero me somar à minha Líder.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrado o Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente; Deputado Leonardo Prudente e Deputado Wilson Lima, que fazem parte da Mesa; Deputado Geraldo Naves, que é da área de comunicação, o Deputado Geraldo Naves é testemunha e participou ativamente desse processo, que foi o esforço feito por esta Casa para que tivéssemos aqui no Distrito Federal a Conferência Distrital de Comunicação, que antecede a Conferência Nacional.

A Conferência foi chamada pelo Executivo. A Câmara Legislativa, na Comissão de Direitos Humanos, em audiência pública, participou ativamente desse processo. E foi criada uma comissão, Deputado Leonardo Prudente, para organizar a própria conferência.

Essa comissão tem a participação da Câmara Legislativa através de um Deputado titular e de um suplente. Foi encaminhado pela Coordenação da Comissão, pela Secretaria Executiva, um pedido para que esta Casa indique os membros titulares e suplentes que representarão a Câmara Legislativa nesta comissão. A Câmara Legislativa não respondeu até o momento. Como a Câmara foi importante para que o Executivo pudesse efetivamente estar chamando essa conferência, eu creio que a Câmara tem que estar nesta comissão - que tenha um assento na comissão - e a Mesa Diretora precisa encaminhar, portanto, os nomes de um titular e de um suplente para participarem dessa comissão organizadora.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. tem interesse em participar desta comissão?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sim, tenho interesse. Mas era bom saber que Deputados ou Deputadas têm interesse.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há interesse de outros Deputados de participar da comissão organizadora? (Pausa.)

Então, estão designados a Deputada Erika Kokay e o Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – É importante, Deputado Leonardo Prudente, que haja um comunicado formal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado, Deputada Erika Kokay. Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

ORDEM DO DIA.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 196 - Suplemento, de 29/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 96ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 95ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO BISPO RENATO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que seja incluído na Ordem do Dia o Requerimento nº 1.868, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Bispo Renato, acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria da Mesa que inclua o requerimento para votação.

Esta Presidência faz a leitura de um Comunicado do Partido Democratas (DEM):

Em conformidade com o art. 31 do Regimento Interno desta Casa, comunicamos que, a partir desta data, o Deputado Geraldo Naves é o Líder do Partido Democratas e o Deputado Raad Massouh, o Vice-Líder.

Item nº 1:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.

Apreciaremos neste instante o Subitem nº 33, referente ao veto ao art. 284.

Já houve a leitura do parecer.

Em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esse artigo diz respeito a uma permissão estabelecida no Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

O artigo foi introduzido por emenda na redação final, de forma indevida, inclusive. Há uma prorrogação *ad eternum* porque, até que o Governo elabore lei específica, serão prorrogados todos os contratos de arrendamento e de concessão de uso de terra pública rural no Distrito Federal e da TERRACAP que sejam administrados pela Secretaria de Agricultura e pela extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Os contratos de arrendamento suspensos, extintos, todos eles serão prorrogados até que o Poder Executivo encaminhe uma lei específica. Se o Poder Executivo não encaminhar essa lei específica, estas concessões de uso serão prorrogadas *ad eternum*.

Sr. Presidente, isso é uma anomalia do ponto de vista dos critérios de isonomia com toda a população do Distrito Federal. Isso significa que as concessões de uso passam a ser praticamente vitalícias, se assim o Poder Executivo quiser.

Se há uma concessão de uso e se ela não cumpriu os objetivos públicos que deveria cumprir, serviu apenas para enriquecimento da pessoa que adquiriu a concessão de uso. Ela vai permanecer. Esse artigo, introduzido indevidamente, inclusive no período não regimental, foi vetado pelo Governador do Distrito Federal.

Nós achamos que o veto tem de ser mantido, porque não podemos permitir que critérios tão básicos, critérios tão fundamentais, da Constituição brasileira sejam feridos dessa forma. O art. 284 diz: "Até que o Poder Público elabore lei específica, será permitida a prorrogação dos contratos de arrendamento e de concessão de uso de terras públicas". Sr. Presidente, a nossa posição acerca desse artigo, diferentemente da posição da bancada governista, é pela manutenção do veto, o que, aliás, foi recomendado pelo próprio Ministério Público.

O PDOT tem diversas ilegalidades. Se não houvesse um Presidente do Supremo Tribunal Federal, como Gilmar Mendes, que suspendeu sua viagem para cassar a liminar que conseguimos na Justiça, ele não estaria...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, não foi introduzido na redação final, foi votado no texto.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para discutir.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Eu queria discutir e encaminhar, contrariamente à Líder do Partido dos Trabalhadores, pela derrubada do veto. Até porque existe a Lei Federal nº 12.024, de 2009, oriunda do Ministério Público, MP 460/2009, que diz no art. 18: "As áreas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

públicas rurais localizadas no Distrito Federal poderão ser regularizadas, por meio de alienação e/ou concessão de direito real de uso, diretamente àqueles que as estejam ocupando há pelo menos 5 (cinco) anos, com cultura agrícola e/ou pecuária efetiva, contados da data da publicação desta lei”. Seguem vários parágrafos sobre o tema.

Nós entendemos que essas pessoas não podem ficar no limbo. Portanto, com parecer embasado pela Lei Federal nº 12.024, de 2009, e do pedido do MP nº 460/2009, é que fiz o parecer, juntamente com o Deputado Batista das Cooperativas, nosso Vice-Líder, pela derrubada desse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A Deputada Erika Kokay já orientou o voto da Oposição.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, encaminhada a votação, chamamos os companheiros que estão no cafezinho e nos gabinetes para começarmos.

Em relação aos vetos ao PDOT, que são poucos, o Deputado Batista das Cooperativas, nosso Vice-Líder, vai dar encaminhamento.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos. Temos 9 vetos em pauta e um indicativo de sugestão de derrubada de 5. Então, eu queria propor a V.Exa. que pudessemos votar em bloco, a fim de dar celeridade à votação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então, vamos ouvir a orientação de V.Exa. para o subitem 33.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, art. 284, subitem nº 33, a indicação é pela derrubada. O voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27, 10 / 2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 284

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - PSC		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PMN		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL				X	
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÓNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	02	18		04	

ASSP _____ Nº _____ / _____
SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 18 votos contrários. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o argumento de que não se pode deixar no limbo está deixando no limbo a Constituição, a legalidade, a igualdade de oportunidades.

Diversos produtores rurais querem ter direito a uma concessão de uso e não poderão tê-la porque as que já estão dadas, embora sem benefício social, extintas e revogadas – porque não se cumpriu qualquer tipo de função pública – vão, com a posição desta Casa de derrubar este veto, manter o artigo que assegura capitania hereditária neste país.

É isso o que esta Casa acabou de aprovar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro com relação a este subitem, art. 284, que permite a prorrogação dos contratos de arrendamento de concessão de uso de terras públicas até que o Poder Público elabore lei específica.

Para nós que primamos pela legalidade – pelo menos esta Casa tem que primar pela defesa da lei –, isso é um verdadeiro atentado a ela. Nós podemos ter situações indefinidas e os contratos de concessão de uso de terras públicas serem indefinidamente prorrogados pela falta de uma lei. Penso que deveria ser o oposto. Por isso, eu votei pela manutenção do veto.

Agora, com relação ao PDOT, eu votei contra o projeto porque, na minha opinião, esta cidade deveria ter um Plano Diretor, mas um Plano Diretor que visasse à qualidade de vida dos moradores desta cidade e não os interesses comerciais da especulação imobiliária do Distrito Federal. Portanto, para não legitimar nada do PDOT, eu votarei pela manutenção de todos os vetos. Para não legitimar que nada vire lei com o meu voto, porque este PDOT, em minha opinião, não visa à qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico feliz em que o Deputado Reguffe vote conosco.

O próximo veto a ser apreciado será o que consta do subitem nº 37, relativo ao art. 291. O encaminhamento é pela manutenção do veto. O PDOT traz qualidade de vida quando cria cidades, quando atende o Catetinho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O próximo subitem a ser apreciado é o nº 37, que traz a Subemenda nº 276, relativa ao art. 291 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, constante do item nº 1 da pauta desta sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha posição é clara. O Deputado Batista das Cooperativas falou aqui, e isso pode causar dúvida nas pessoas. A minha posição é clara: nada deste PDOT vai virar lei com o meu voto. Eu votei contra o projeto do PDOT e votarei contra que qualquer artigo vire lei neste projeto com o meu voto. Agora, se a bancada do Governo, em alguns casos vai votar comigo, eu é que fico feliz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra a Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu queria chamar a atenção, Deputado Rôney Nemer, que participou desta discussão, para o fato de que vamos apreciar agora o art. 291, que foi vetado. O art. 291 assegura que esta Casa terá acesso às poligonais do PDOT 90 dias após a publicação da lei.

Ora, um dos maiores problemas que teve o PDOT foi exatamente a falta de definição exata das áreas: mapas eram verdadeiros croquis, não tínhamos poligonais.

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem fiz oposição, estabeleceu as APAS, as poligonais eram precisas, milimétricas, como têm que ser pela legislação deste país. O Executivo não encaminhou em nenhum momento ou não encaminhou durante o processo de votação mapas na escala que os torna visíveis, na metragem de 1:25.000, e nem encaminhou as poligonais. O Governo se comprometeu de fazê-lo 90 dias após a aprovação e a publicação do PDOT, portanto, com o PDOT já aprovado.

Hoje, não sabemos exatamente onde começa uma área e onde termina outra, onde começa uma macrozona e termina outra, onde começa uma área de proteção e onde termina. Nós não sabemos.

O Governador vetou o dispositivo no seu absoluto delírio absolutista para esta Câmara nunca conhecer o que ela aprovou, nunca conhecer as poligonais,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

nunca saber exatamente se alguém vai ser beneficiado porque tem relações subjetivas com o Governador ou não. Se esta Câmara não derrubar este veto, nós vamos ficar sem conhecer o que aprovamos. Nós vamos ficar sem conhecer as poligonais, nós vamos ficar com a informação de “faixa de terra próxima à DF 140”, sem precisão alguma. Nós vamos dar ao rei absolutista que governa esta cidade a condição de flexibilizar qualquer área, se assim ele quiser.

Por isso eu chamo V.Exas. em defesa do Poder Legislativo, da sua autonomia, em defesa da nossa autonomia, como Poder Legislativo, do nosso direito de conhecer o que votamos, do nosso direito de não nos vergar ao Poder Executivo, do nosso direito de não entregar nas mãos do Executivo a possibilidade de contemplar e valorizar áreas sem que nós tenhamos conhecimento.

Por isso, eu conclamo esta Casa, em defesa dela própria; em defesa dos nossos mandatos, que não foram concedidos pelo Governador, mas pelo povo do Distrito Federal; em defesa do povo do Distrito Federal, portanto, que tem o direito de, através desta Casa, saber como vai ser o ordenamento desta cidade.

Que nós derrubemos o veto ao art. 291 e tenhamos acesso às poligonais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta relatoria, ou melhor, estas relatorias, porque o PDOT teve 3 relatores: a Deputada Eurides Brito, o Deputado Benício Tavares, este Parlamentar que vos fala, bem como todos os Parlamentares que votaram esse grande Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que é visceral e importante para o Distrito Federal, para Brasília.

Em todos os momentos, nós discutimos exaustivamente, demos todos os direitos à dúvida, e não seria agora que não estaríamos abertos ainda às últimas discussões.

Então, buscando aprofundar um pouco mais essa discussão, eu queria sugerir que nós adiemos a apreciação do referido subitem nº 37 e passemos à apreciação do subitem nº 38, que trata do veto ao art. 292. Há encaminhamentos de alguns Deputados, inclusive do próprio Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência indaga os Parlamentares se há acordo para a solicitação do Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Então, apreciaremos agora o subitem nº 38, que traz as Subemendas nºs 14, 155 e 200, relativas ao art. 292 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. foi relator do PDL do Gama, se não me engano.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não, foi um substitutivo que todos nós assinamos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Foi um substitutivo assinado por todas e todos, que contou com a votação consensual, depois de um árduo processo de discussão.

O art. 292, que foi vetado, diz que “as normas de edificação, uso e gabarito relativas aos imóveis localizados na Região Administrativa do Gama – RA II – são aquelas previstas na Lei Complementar nº 728, de 18 de agosto de 2006”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – É o PDL. Era prevista a revisão do PDL de 4 em 4 anos, mas, como veio o PDOT, para manter a paridade de 4 em 4 anos, solicitamos à bancada de Governo que mantivesse o PDL.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Mas, Sr. Presidente, esse artigo foi vetado pelo Governador. É o artigo que assegura o PDL, que não está ainda em época de revisão, disse bem V.Exa. E o PDOT, todos nós sabemos, não substitui o PDL.

O artigo que assegura a manutenção das normas de edificação, uso e gabarito relativos aos imóveis localizados nas regiões administrativas e que assegura que eles se mantenham de acordo com o que está estabelecido no PDL foi vetado pelo Governador do Distrito Federal. É isso o que nós discutimos neste momento.

Inclusive, Sr. Presidente, acho até que esse artigo nem deveria estar no PDOT, porque cabe ao PDOT o ordenamento territorial, a definição de macrozonas, de zonas dentro do ordenamento territorial. Cabem ao PDL as normas de gabarito. É isso que cabe ao PDL. Esse artigo não deveria estar, na minha avaliação, no PDOT. Sabe por quê? Porque ele pode impedir a revisão do PDL.

Vamos tentar raciocinar juntos. Estamos dizendo aqui que o PDL aprovado em 2006 é imexível até a revisão do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Do PDL.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Do PDOT, porque entra no PDOT, Sr. Presidente.

Se o veto for derrubado, o PDOT dirá que não se pode mexer no PDL. Então, ele elimina a revisão do PDL prevista para o próximo ano, 2010. Se a comunidade do Gama tiver outra demanda, não poderá mexer no PDL porque o PDOT - que só será revisto daqui a 8 anos, se não me engano - assegura que o PDL seja vigente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Portanto, Sr. Presidente, temos que manter o veto. Temos que tirar esse artigo daqui para possibilitar, inclusive, a revisão do PDL do Gama em 2010, uma vez que foi aprovado em 2006. Se esse veto for derrubado e o artigo constar do PDOT, não se poderá rever o PDL do Gama, a não ser quando se for fazer a revisão do PDOT.

Por isso, achamos que tem que se manter o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Foi um acordo feito com o Governo e com a bancada de se manter, porque...

Foi um acordo feito, Deputada.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o encaminhamento é pela derrubada do veto parcial ao artigo nº 292. Pela derrubada, o voto é "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Continua em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27, 10 / 2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Act 292

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR		X			
	BRUNELLI – PSC		X			
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM				X	
	JAQUELINE RORIZ – PMN		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB		X			
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	02	18		04	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. BISPO RENATO ASSP Nº _____ Fls. ° _____

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis e 18 votos contrários.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o subitem nº 38, veto parcial ao artigo 292, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu acho que esta Casa acabou de impedir a população do Gama de rever o PDL no ano de 2011 — porque é em 5 anos que ela pode revê-lo.

Aqui não se está dizendo que as normas de edificação, uso e gabarito são as previstas no PDL do Gama, porque, se assim fosse, na sua revisão, isso estaria contemplado. Aqui se diz que são as normas previstas na Lei Complementar nº 728, de 2006.

Quando nós formos rever o PDL do Gama, será outra lei. E ele não poderá contemplar o interesse da população, exceto quando fizermos a revisão do PDOT.

Eu acho que nós acabamos de cassar o direito da população do Gama de rever parte do PDL, o que é assegurado no Estatuto da Cidade. Infelizmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Subitem nº 40.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento. Não há consenso ainda quanto ao subitem nº 40, então eu sugeriria a V.Exa. que pudéssemos pular esse subitem e passar ao subitem nº 50.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciaremos agora o subitem nº 50, que traz as Subemendas nºs 98, 122 e 192, relativas ao art. 310 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão o relatório.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PDOT, nesse artigo, legisla-se sobre matéria que é específica da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que chegará a esta Casa e que nós teremos a oportunidade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

de discutir, inclusive com a comunidade, como prevê o Estatuto da Cidade, com a realização de audiências públicas.

Nós estamos falando da Região Administrativa de Sobradinho, das Áreas Especiais 1 a 31 da Quadra 14, que terão coeficiente máximo aproveitado de 3.

Não estou nem entrando no mérito do artigo. Estou apenas dizendo que nós temos que dar oportunidade à população de discutir isso na Lei de Uso e Ocupação do Solo, porque é matéria pertinente a uso e ocupação do solo.

Nós temos que dar direito à população de se manifestar sobre isso. Temos que seguir o trâmite democrático de construir uma lei de uso e ocupação de solo.

Inclusive, no PDOT, não demos essa oportunidade à população, porque o Executivo não fez as audiências públicas que deveria ter feito, porque aprovamos sem o conhecimento de poligonais, porque aprovamos sem mapas. O fato de o Executivo ter mapas e poligonais não significa que a Câmara Legislativa teve acesso a eles, muito menos substitui a necessidade de a Câmara ter acesso e, particularmente, de a população ter acesso a todas as informações.

Então, nós estamos defendendo a manutenção do veto, porque isto é matéria para uso e ocupação do solo, não é matéria para plano de ordenamento territorial. Nós temos que transformar esta Casa em um palco democrático de gestão compartilhada da lei de uso e ocupação de solo.

Por isso, Deputado Raad Massouh, sem entrar no mérito da discussão, esta é uma matéria que devemos traçar na lei de uso e ocupação do solo. Porque ela não prospera aqui, ela enviesa e, ao mesmo tempo, coloca véus em uma discussão que tem de ser extremamente democrática, não só com a população de Sobradinho, como com toda a população do Distrito Federal.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

Nós votaremos pela manutenção do veto pelas razões aqui expostas, sem entrar no mérito do artigo.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se do subitem 50, que trata da apreciação do veto ao art. 310, Subemendas nºs 98, 122 e 122, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo.

O encaminhamento é pela derrubada do veto. Portanto, o voto é "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27, 10 / 2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 310

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - PSC		X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES - DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PMN		X			
	MILTON BARBOSA - PSDB		X			
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB				X	
	RÓNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM		X			
	TOTAL	02	18		04	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>Bispo Renato</u>	ASSP Nº <u>1</u>
		Fls.º

VOTOS "SIM"	02	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	18	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	04		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis e 18 votos contrários. Houve 4 ausências.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto ao art. 310.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 63:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.869, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 29/10/2009 em Comissão Geral para discutir a situação fundiária do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.868, de 2009, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "requer a realização de audiência pública para discutir a inclusão do Condomínio Mônaco e Bairro Tororó na poligonal do Jardim Botânico".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 485, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, os servidores públicos que menciona".

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os requerimentos e a moção estão aprovados com a presença de 20 Deputados.

Em virtude do Requerimento nº 1.869, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, a realização da comissão geral no âmbito desta Casa, proposta pela Deputada Erika Kokay foi adiada para a outra quinta-feira. Portanto, quinta-feira será realizada a Comissão Geral para atender ao requerimento da Deputada Eurides Brito.

Apreciaremos agora o subitem nº 52, que traz a Subemenda nº 193, relativa ao art. 312 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma situação semelhante. E aí, dizem alguns Deputados que votaram pela derrubada do veto, que a norma de ocupação, no artigo anterior – a norma do coeficiente de aproveitamento máximo –, foi desrespeitada por quem construiu, porque o coeficiente máximo no artigo anterior, por exemplo, aqui apreciado, era de 2.3 e ficou em 3.

Nós queremos que essa Câmara busque apenas adaptar a lei à ilegalidade, que, aliás, é o que tem feito o Governador do Distrito Federal.

Nós fizemos uma avaliação, Deputado Bispo Renato, das leis de uso e ocupação do solo aprovadas nesta Casa ou encaminhadas pelo Executivo – que se diz o Governo da legalidade. Setenta e cinco por cento delas são ilegais, ferem a legislação ambiental, ferem o Estatuto das Cidades, ferem a Lei Orgânica. São ilegais!

Então, como é um Governo (...), e é um Governo de (...), tem também criado uma casca de legalidade. *(Termos retirados das notas taquigráficas a pedido da Presidência, conforme artigo 15, alínea g, do Regimento Interno da CLDF.)*

Nós queremos fazer essa discussão, também, que diz respeito ao coeficiente de aproveitamento máximo da região de Sobradinho. Nós queremos fazê-la democraticamente, escutando não apenas quem feriu o coeficiente de aproveitamento máximo previsto em lei, mas também o conjunto da população, pois, quando eu estabeleço um coeficiente acima do que foi estipulado por estudos técnicos – porque há uma lei que fala do coeficiente de aproveitamento máximo –, parto do pressuposto de que há um fundamento técnico para transformar a cidade em um local onde as pessoas se encontram e não onde perdem a sua própria tranquilidade.

Não posso, simplesmente, adequar a lei indevidamente no PDOT. Isso poderia ser feito na lei de ocupação e uso do solo, mas está sendo feito no PDOT. Utilizar o PDOT para adequar a lei, a fim de dar uma casca de legalidade a quem infringiu a própria legislação, sem escutar a comunidade... Eu tenho que escutar a comunidade! E eu tenho que fazer estudos técnicos, inclusive sobre o nível de incômodo que a mudança do coeficiente vai implicar para o conjunto da população.

Por isso, nós vamos votar pela manutenção do veto ao art. 312.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência pede para retirar das notas taquigráficas as palavras ditas pela Deputada Erika Kokay, quando diz “plástico” e outros derivados mais, porque o Governador que temos é de carne e osso e foi eleito pela maioria absoluta dos votos. Eu não posso admitir, como Presidente desta Casa, uma perturbação desse tamanho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu até acredito que a Deputada Erika Kokay tenha sido somente infeliz quando colocou que o nosso Governo é um governo de plástico.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não. O Governador...

Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Penso que S.Exa. foi somente infeliz. Falou qualquer coisa sobre casca também, que eu não consegui entender e que prefiro não entender.

Eu queria até tentar entender, sem fugir ao tema, quando a Deputada disse que o Governo tem buscado a legalidade trazendo leis da ilegalidade para dar legalidade. Será — acho que não — que a Deputada está propondo que nós passemos o trator em 500 mil famílias nos condomínios? Que os 513 condomínios sejam aniquilados? Parece que sim. Essa declaração de S.Exa. diz claramente isso.

Sinceramente, em alguns momentos, eu não entendo. E aí me reporto ao que o Deputado Paulo Tadeu falou há alguns minutos, que, num Parlamento, é legítimo — e é — haver Oposição e Situação.

Quero crer que é assim e vejo que, no País, também é assim. No País, onde temos o Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, também é assim no Parlamento maior. Penso que, em todos os momentos, cabe, sim, o respeito; cabe, sim, o equilíbrio. Então, acho que, quando a Deputada fez essa declaração, S.Exa. foi só infeliz.

Eu concordo com V.Exa. Acho que tem que tirar, sim, das notas taquigráficas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa. Por gentileza, seja breve.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V.Exa. não tem o poder de retirar expressões das notas taquigráficas. Se forem expressões ofensivas, mas dentro do debate de ideias, V.Exa. não tem esse direito. Eu não utilizei aqui palavras de baixo calão. Eu não utilizei aqui qualquer tipo de ofensa pessoal ao Governador.

Esse é um governo de casca, de plástico, de *marketing*. Eu disse porque acho isso. É minha opinião livre. Creio que estamos numa democracia - arremedo talvez, mas democracia - e tenho o direito de expressar a minha opinião.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

V.Exa. não pode retirar dos Anais desta sessão expressões com as quais V.Exa. não concorda. Pode retirar palavras de baixo calão, calúnias, mas não opiniões. Um Parlamentar tem opiniões e tem imunidade de opinião.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. não vai criar uma celeuma aqui agora, não.

V.Exa. tem direito de falar o que falou, mas eu tenho o direito, como Presidente, conforme o Regimento Interno, de determinar que não seja registrado discurso ou aparte pela Taquigrafia quando antirregimental. E esse não é um palavreado que deva ser usado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Diga-me o que não é regimental, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu já disse. Está retirado. Pedi para retirar. Estou presidindo a sessão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, V.Exa. não pode fazer isso, sob pena de ferir a democracia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Por gentileza, eu não quero cortar o microfone de V.Exa. Então, faça-me o favor.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Cortar o microfone é outra ação antidemocrática.

Nós não estamos no AI 5. Não estamos no AI 5!

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria que fosse acrescentado o meu comentário nas notas taquigráficas.

O Governo do PT tem feito um governo alheio à saúde pública no Brasil, ignorando os investimentos e não dando assistência aos dependentes químicos. Estou só ratificando aquilo que eu disse no meu comentário. Eu gostaria que isso ficasse bem registrado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, V.Exa. tem que se situar num contexto democrático. Nós estamos no Parlamento. Porque V.Exa. não gostou de uma metáfora — porque é uma metáfora —, não tem o direito de retirá-la dos Anais desta sessão. Muito menos tem o direito de, porque não gostou de uma opinião — porque é uma opinião, e tenho o direito de tê-la; tenho, inclusive, imunidade de opinião e, por isso, não posso ser cerceada nos Anais da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Casa. V.Exa. também não tem o direito de cortar o microfone simplesmente porque não quer escutar opiniões que não se coadunam com a suas. Esta é uma Casa parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Erika Kokay, por gentileza, conclua seu pronunciamento.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, quero que V.Exa. retire, porque não tem poder para isso e porque isso não faz parte da democracia, a orientação de não registrar nas notas taquigráficas a expressão: “que o governador do Distrito Federal... o Governo é de máscara, de casca e de plástico”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A expressão está retirada das notas taquigráficas, embasado no subitem XI que diz: “nenhum deputado distrital poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa aos membros do Poder Legislativo ou dos demais Poderes, às autoridades constituídas, às instituições nacionais ou a chefes de Estado estrangeiros, aos demais servidores públicos e à população em geral”.

Está encerrada a discussão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não, não concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – V.Exa. não me concede a palavra?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não, não concedo. V.Exa. já extrapolou. Por gentileza, vamos à sessão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não fui eu que extrapolei, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não permito!

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não fui eu, Sr. Presidente. V.Exa. pode bater na mesa à vontade.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Subitem 52, art. 312. Esse é o objeto da discussão agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Orientação para votação, Deputado Batista das Cooperativas.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quanto ao veto ao art. 312 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, a indicação é pela manutenção. O voto é “sim”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o veto ao art. 312 do Projeto de lei Complementar nº 46, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	53



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 312 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÓNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	TOTAL	18			06	

ASSP	<u>Rogério Ulysses</u> SECRETÁRIO DEP. <u>BISPO RENATO</u>	ASSP Nº <u>1</u> Fls.º
------	---	------------------------------

VOTOS "SIM"	18	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	06		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 6 ausências.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acompanhei esse entrevero. Em minha opinião, se houvesse uma crítica injuriosa ou difamatória ou um adjetivo de baixo calão, aí sim a expressão deveria ser retirada das notas taquigráficas. Agora, uma crítica política, ainda que venha adjetivada, penso que isso não seria motivo para ela ser retirada das notas taquigráficas. Não estou fazendo juízo de valor sobre o que foi dito. Estou falando apenas sobre a prerrogativa que um Parlamentar tem de emitir a sua opinião. Caso houvesse uma palavra de baixo calão, aí sim, mas não foi o caso, pelo menos na minha visão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Tudo bem, Deputado. V.Exa. tem direito de discordar.

Concedo a palavra a V.Exa. para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu me sinto cerceada no meu direito de opinar.

Se V.Exa. considera injúria e descortesia uma opinião de um governo de casca, de um governo de máscara, eu posso considerar que bater na mesa, da forma como foi feito, também é uma descortesia, que V.Exa. também foi sujeito de uma profunda descortesia. Quem preside uma sessão não pode bater na mesa desse jeito! Quem preside uma sessão não pode a toda hora ameaçar cortar o microfone e caçar a Oposição e a fala da Oposição!

Por isso, Sr. Presidente, minha declaração de voto com relação ao artigo vem no sentido de saudar a bancada governista por ter trabalhado na manutenção do veto.

Eu gostaria de apenas expressar, se me permite V.Exa., que em todos os lugares não deveria haver cerceamento e muito menos deveria haver cerceamento na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não iria me pronunciar, mas, se eu sair daqui hoje sem falar o que vou falar, não voltarei aqui amanhã.

Entendo o papel de V.Exa. e sua forma cortês e lhana de tratar todos nós e de tratar as questões do Plenário. Eu reconheço isso. Aliás, ninguém melhor que V.Exa. conduz os trabalhos aqui. Mas vou ficar com a opinião da Deputada Erika Kokay e do Deputado Reguffe. Não houve ofensa nenhuma, embora reconheça que V.Exa. pode usar o Regimento como lhe parecer conveniente. Eu sou seu amigo e lamento muito dizer que V.Exa. obrou mal em cercear a palavra da Deputada Erika Kokay.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também não iria me manifestar, no primeiro momento, mas levantado o assunto pelo Deputado Reguffe, quero lhe dizer que sempre V.Exa. conduz muito bem a sessão nesta Casa. Porém, eu entendo que, mesmo divergindo, pois tenho minha divergência com a Deputada Erika Kokay — eu não concordo com nenhuma das palavras que S.Exa. pronunciou —, não posso achar que a Deputada não tenha o direito de se expressar.

Evidentemente, a interpretação primeira do Regimento Interno é de V.Exa., mas, como disse muito bem o Deputado Reguffe, não vi nenhuma expressão de natureza injuriosa, difamatória ou caluniosa. Então, acho que tão grave quanto não permitir que S.Exa. possa proferir ou externar a sua opinião é também o fato de não ter permitido que depois a Deputada Erika Kokay pudesse falar. S.Exa. é uma Parlamentar. Nesta Casa realmente nós devemos ter conflitos e podemos divergir, mas não podemos não tolerar que as pessoas externem a sua opinião.

Estou lhe dizendo isso porque a minha formação é de advogado e estou acostumado a, muitas vezes, na tribuna, ouvir um promotor de justiça passar 1 hora e 20 minutos falando mal de um cliente meu. Depois eu levo o mesmo tempo para defendê-lo, mas sempre divergindo no campo das ideias e sempre garantindo o direito de externar o pensamento.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvi atentamente o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Raimundo Ribeiro, e quero dizer, como Parlamentar também, que eu sinto a mesma coisa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

Eu concordo que a Deputada Erika Kokay tenha o direito de se pronunciar da mesma forma que todos nós temos, mas eu não poderia deixar de defender V.Exa. e a sua paciência, a sua tolerância, porque fica repetitivo. V.Exa. concede 1 minuto, a pessoa fala 5 minutos. V.Exa. concede mais 1 minuto e a pessoa fala 10 minutos. Isso é cansativo. Isso arrasta.

É evidente que temos que entender o trabalho que V.Exa. desenvolve. Como foi muito bem lembrado pelo Deputado Milton Barbosa, eu quero não só enaltecer, mas dizer também que eu não vi, em momento nenhum, V.Exa. ser indelicado, da mesma forma que V.Exa. não feriu ninguém.

A Deputada Erika Kokay também não feriu ninguém. Só que a Deputada Erika Kokay é assim mesmo. S.Exa. começa falando do Governo do Distrito Federal e não para, vai falando, falando. Pede mais 1 minuto. V.Exa. concede mais 1 minuto e S.Exa. fala 5, 10 minutos. Quando fala do Governo Lula, não é a mesma coisa. Ela falou que o Governo do Distrito Federal é um governo de caça... Foi caça que V.Exa. falou?

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Casca.

DEPUTADO GERALDO NAVES – É uma casca. É igual ao Governo do PT, é uma casca. S.Exa. vai aí àqueles negócios, é também uma casca.

O que mais S.Exa. disse que o Governo do Distrito Federal era?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – De plástico.

DEPUTADO GERALDO NAVES – De plástico. É igual ao Governo do Lula, é a garrafa *pet*. Está tudo engarrafado.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. Não se sinta desmerecido ou desrespeitado. Nós o respeitamos, sabemos o brilhante trabalho que V.Exa. desenvolve na Presidência desta Casa sempre que está aqui. Meus respeitos e parabéns!

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também quero enaltecer o seu trabalho.

Num momento de estresse, a Deputada Erika Kokay se alonga demais. Eu acho que não se deve ter mérito em nenhum dos lados. Enalteço o seu trabalho, pois sei que é difícil, é cansativo, e V.Exa. o desenvolve brilhantemente.

V.Exa. tem todo o meu respeito.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço para que voltemos a analisar os vetos. Essa questão rendeu muito por tão pouca coisa. Desculpe-me.

A sociedade espera que nós apreciemos os vetos, pois precisamos destrancar a pauta até para que nos possamos ficar livres para votar tudo que está na Ordem do Dia.

Os 2 lados já foram colocados, a Casa é de discussão mesmo.

Vamos analisar os vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciaremos neste instante o subitem nº 49, que traz a Subemenda nº 304, relativa ao art. 309 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, para discutir - só lembrando, como prevê o Regimento. O Regimento assegura o direito de falar. Assegura o direito! É preciso que esse direito se transforme em realidade. Esse direito não pode provocar incômodo, porque quem se sente incomodado com as opiniões, com as discussões, talvez não devesse estar aqui, porque aqui é um lugar de discussão! Aqui é um lugar de discussão! Eu tenho que ter o direito de expressar a posição da Oposição, que é democrática.

Portanto, Sr. Presidente, com relação ao art. 309, é o mesmo processo, amplia o potencial construtivo de vários endereços, sem que haja qualquer discussão com a comunidade. Essa é uma matéria pertinente à lei de uso e ocupação do solo.

O uso e a ocupação do solo envolvem todo um procedimento democrático. Se eu vou aumentar o potencial construtivo dos endereços, eu tenho que discutir com a comunidade. Primeiro, elaborar os estudos técnicos para saber se o projeto urbanístico comporta, sem provocar incômodo ou sem provocar sofrimento à população, fazer estudos técnicos para saber se as vias, o trânsito, o estacionamento, os equipamentos públicos comportam o aumento do potencial.

Portanto, um processo como esse é pertinente. Eu reafirmo que a lei de uso e ocupação do solo não deveria estar no PDOT. É um projeto que tem que possuir estudos técnicos, participação da população, construção da população; não apenas da população que será diretamente beneficiada com a mudança no PDOT, mas também da população que vive naquela região.

Há uma diferença muito grande na regularização dos condomínios. A regularização dos condomínios está sendo feita com audiências públicas, com estudos técnicos, com licenciamento, com avaliação ambiental, com toda sorte de avaliação, com projetos urbanísticos, e os condomínios têm se limitado a esses



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

estudos técnicos. Vários condomínios, como o Vicente Pires – o Deputado Batista das Cooperativas sabe muito bem disso –, serão deslocados, porque não comportam, do ponto de vista do impacto ambiental.

Então, nós queremos é este processo. Pode até ser que, no processo de discussão dos estudos técnicos, se aumente o potencial, mas é preciso que haja o processo para que se verifique isso e não apenas para atender a interesses específicos.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pelo exercício de paciência. Talvez a Deputada Erika Kokay não tenha percebido, mas S.Exa. repetiu quase rigorosamente as mesmas palavras que fez em menção ao item nº 50, do qual falamos agora há pouco. E o item nº 49 é a mesma coisa: adequar uma situação real que já existe. O contrário disso é não estarmos gerando empregos lá na área do PRÓ-DF, na ADE; o contrário disso é estarmos indo para a linha de demitir pessoas, de prejudicar pequenos produtores.

Então, para encaminhar a votação do subitem nº 49, art. 309, o voto é pela derrubada do veto. O voto é “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o relatório. (Pausa)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	59



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27, 10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 309 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP		X			
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM				X	
	JAQUELINE RORIZ - PMN	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB			X		
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	TOTAL	25	01	01	07	

ASSP	SECRETÁRIO DEF. Bispo Renato	ASSP Nº 1
		Fls.º

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	01		
AUSÊNCIAS	07		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto parcial.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Apreciaremos neste instante o subitem nº 37, que traz a Subemenda nº 276, relativa ao art. 291 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

O subitem nº 37 já foi discutido. Houve um pedido para retirá-lo temporariamente, mas ele já foi discutido nesta sessão.

Em discussão o subitem nº 37. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito a palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento para a votação do subitem nº 37 é pela manutenção do veto. Portanto, o voto é “sim”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito a palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da nossa bancada é para votar “não”, porque a Câmara Legislativa tem que ter o direito de conhecer as poligonais. Já vai conhecê-las depois. Nós não podemos ficar sem conhecer as poligonais.

Eu faria um apelo aos Deputados para que nós pudéssemos votar em defesa de nós mesmos, Deputado Batista das Cooperativas; votar em defesa de conhecermos o que estamos aprovando. Já se passaram 90 dias. Já está extemporâneo, mas não conhecermos? Não sabermos o que estamos votando?

Por isso, Sr. Presidente, a orientação é para votar “não”, pela derrubada do veto, para que nós tenhamos direito de conhecer as poligonais do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Passa-se à apreciação do veto parcial.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	62



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 291 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – PSC				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	GERALDO NAVES - DEM				X	
	JAQUELINE RORIZ – PMN		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB				X	
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÓNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	TOTAL	14	02		08	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. BISPO RENATO ASSP N° 1 Fls.º 1

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	02	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	08		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 2 votos contrários. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto o veto parcial.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o que mais questionamos no PDOT, para além do mérito de algumas coisas, é fundamentalmente o método. E o que mais questionamos é que não tivemos acesso aos mapas e às poligonais, diferentemente de todas as posições quando se estabelecem áreas delimitadas.

Dei como exemplo aqui o Fernando Henrique Cardoso, que, ao estabelecer as APAs, o fez com poligonais extremamente exatas. Isso é um instrumento democrático. A população tem de saber onde começam e onde terminam as áreas para impossibilitar inclusive que o governador ou quem estiver no governo possa contemplar subjetivamente e favorecer materialmente, contemplando mudança de destinação que possa favorecer e enriquecer pessoas simplesmente por critérios subjetivos.

Por isso, votamos “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciaremos neste instante o subitem nº 40, que traz a Subemenda nº 70, relativa ao art. 294 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não queremos nenhum tipo de derrubada sem que haja uma discussão, sem que se deem opções. A discussão não é essa. Se há que se manter, mudar o percentual construtivo, se é para destinar ao uso de comércio determinada faixa, que se faça o procedimento correto, construído democraticamente. Isso se faz na lei de uso e manutenção do solo.

O Governo do Distrito Federal tem colocado pessoas ao relento. Temos 15 famílias, 15 crianças que estão debaixo de árvores. Portanto, este é o Governo da derrubada, é um Governo que derruba e não dá opções. Não somos a favor de quem quer que seja ocupe área pública. Mas, particularmente para a população de baixa renda — não é o caso desse artigo —, que possamos destinar outra área quando houver um impedimento real de que ela permaneça naquela área.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Mas não é essa a discussão que estamos fazendo. Estamos fazendo a discussão de mérito. Não estamos pregando derrubada, até porque eu tenho uma lei nesta Casa para que haja um procedimento que anteceda o despejo a fim de que as pessoas não sejam rasgadas na sua cidadania e na sua dignidade humana.

Portanto, Deputado Batista das Cooperativas, não defendemos derrubada. Que isso fique claro! Defendemos que o processo democrático, que custou muito para esta nação e que se transformou em legislação federal, seja respeitado.

Essas discussões de mudanças para uso de comércio não são matérias pertinentes ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial. V.Exa. sabe disso. São matérias de uso e ocupação do solo que esta Casa irá discutir, creio eu, corrigindo os erros do PDOT de uma forma extremamente democrática, utilizando a metodologia correta.

O Estatuto das Cidades diz que, em todas essas leis que dizem respeito a questões urbanísticas, a participação da população tem de ser do começo ao fim. A população não foi consultada sobre isso nem teve o direito de falar. Falaram apenas os setores específicos que serão beneficiados com esse processo.

Por isso, vamos votar mais uma vez pela manutenção pelos mesmos argumentos, sim. Trata-se de matéria pertinente à Lei de Ocupação de Uso, e diz respeito a um processo construído democraticamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhamento de votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento é pela manutenção. Portanto, o voto é “sim”.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	65



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 254

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46107
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo
Relator: Deputado(a): Roberto V. Lyra

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	-			X	
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES – PMDB	X				
	BISPO RENATO – PR	X				
	BRUNELLI – DEM	-			X	
	CABO PATRÍCIO – PT	-			X	
	CHICO LEITE – PT	-			X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X				
	DOUTOR CHARLES – PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY – PT	X				
	EURIDES BRITO – PMDB	X				
	ELIANA PEDROSA - DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ – PSDB	-			X	
	MILTON BARBOSA – PSDB	-			X	
	PAULO TADEU – PT	-			X	
	PEDRO DO OVO - PMN	X				
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA – PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	-			X	
	TOTAL	<u>16</u>			<u>01</u>	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP _____
Fls. ° Nº 1

VOTOS "SIM"	<u>16</u>	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	<u>-</u>	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	<u>-</u>		
AUSÊNCIAS	<u>01</u>		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Total de votantes: 16.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 196 - Suplemento, de 29/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 96ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Apreciaremos neste instante o subitem nº 54, que traz a Subemenda nº 186, relativa ao art. 315 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu queria, respeitando a opinião da Deputada Erika Kokay e a sugestão do Deputado Batista das Cooperativas, pedir o apoio dos Parlamentares para derrubarmos o veto.

Esse artigo trata do Pró-DF em São Sebastião, uma área que está em franco desenvolvimento. Se o nosso pleito for atendido, estaremos preparando essa região para o futuro.

Peço apoio para a derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a orientação da Oposição, e chamamos todos os demais Parlamentares para seguirem essa orientação, é pela manutenção do veto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O encaminhamento por parte do Governo é pela manutenção. Portanto, o voto é "sim".

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	68



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27/10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): § Único do Art. 315 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07

PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP				X	
	BENÍCIO TAVARES - PMDB		X			
	BISPO RENATO - PR		X			
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X			
	DOUTOR CHARLES - PTB		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB		X			
	GERALDO NAVES- DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ - PMN				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB				X	
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL		X			
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X			
	RÔNEY NEMER - PMDB		X			
	WILSON LIMA - PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	TOTAL	03	12		09	

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato ASSP Nº 1 Fls.º _____

VOTOS "SIM"	03	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	12	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	09		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 3 votos favoráveis, 12 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 196 - Suplemento, de 29/10/2009, juntamente com a ata sucinta da 96ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há uma moção que V.Exa. havia concordado anteriormente em apreciar e um requerimento que acabou de ser lido no Expediente e que me parece muito importante. Trata-se de uma decisão da Comissão de Educação e Saúde sobre a realização de uma Comissão Geral, no dia 12, para discutir sobre os conselhos tutelares.

Eu gostaria, se possível, que esses itens fossem apreciados. Falo em nome do Deputado Cabo Patrício, nosso representante na CES, que aqui não está.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não há dificuldade.

Apreciaremos neste instante o subitem nº 56, que traz a Subemenda nº 176, relativa ao art. 318 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a votação é pela manutenção. Portanto, o voto é “sim”.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também vamos votar “sim”, pela manutenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	71



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 27, 10/2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : Art 318 -

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
 PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGUES - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - PSC				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CLAUDIO ABRANTES - PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	GERALDO NAVES- DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN				X	
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO TADEU - PT				X	
	RAAD MASSOUH - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X				
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM				X	
	TOTAL	17			07	

ASSP
Nº 1
Fls.º

SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato

VOTOS "SIM"	17	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o veto ao art. 318 do PLC nº 46, de 2007.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas, para declaração de voto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uso desta tribuna para dizer que hoje, dia 27 de outubro de 2009, é um dia importantíssimo para o Distrito Federal.

Vencemos por completo a votação do PDOT. Hoje votamos os últimos 9 vetos que sobrepujam o projeto. Parablenizo a sociedade do Distrito Federal, a família que não tem moradia, que será atendida no Setor Habitacional Catetinho, no Bairro Indaiá, no Mangueiral, na expansão do Paranoá, em Samambaia, no Setor Meireles e em Santa Maria.

É uma vitória imensa para a população de baixa renda; é uma vitória imensa para o ordenamento do Distrito Federal, para o processo organizacional, para a regularização dos condomínios.

O PDOT é a grande janela jurídica para se regularizarem os condomínios, e eu não poderia deixar de falar sobre isso.

Parablenizo também todos os Parlamentares desta Casa por termos vencido essa etapa.

Eu gostaria de conclar a Deputada Erika Kokay para que aceite a Lei de Uso, que chega a esta Casa. Sua Excelência, por diversas vezes, fez referência à Lei de Uso, e eu gostaria de indagar se V.Exa., diferentemente do PDOT, irá reconhecer a Lei de Uso. Desde já, eu a reconheço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Neste momento, farei a leitura dos itens extrapauta que serão incluídos para votação: Moção nº 490; Moção nº 489 e Requerimento nº 1.876, de 2009.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 1:

Discussão, em turno único, e votação da Moção nº 489, de 2009, de autoria de vários Deputados, que "hipoteca solidariedade aos servidores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal que, em Assembléia Geral realizada no dia 27 de outubro de 2009, aprovaram o início de greve".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

Item nº 2:

Discussão, em turno único, e votação da Moção nº 490, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “manifesta voto de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, as pessoas que menciona”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.876, de 2009, de autoria da Comissão de Educação e Saúde e outros, que “requer a transformação da sessão plenária do próximo dia 12 de novembro em comissão geral, para discutir com os Conselhos de Saúde das Regiões Administrativas do Distrito Federal a situação da saúde pública de cada cidade”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os referidos itens permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e o requerimento estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, pedi uma questão de ordem apenas para responder ao Deputado Batista das Cooperativas, que me citou.

Quero dizer ao Deputado que iniciei a minha vida política há 35 anos lutando pela democracia. Desde então, carrego um compromisso muito grande com a democracia e com a república, porque eu sei o que é ausência de república. Portanto, o projeto do Executivo vai adentrar esta Casa e será alvo de discussão, porque, no momento em que nós reduzimos esse Poder a ser um Poder para homologar os projetos do Executivo, nós estamos matando a democracia, bem como o sentido de república.

Por isso, nós queremos que venha o projeto. Queremos discuti-lo. Queremos que o Executivo respeite a lei, que encaminhe os estudos técnicos necessários, que sejam realizadas audiências públicas pelo Poder Executivo e também pelo Poder Legislativo, para que possamos seguir uma construção compartilhada.

A Constituição de 1988 vem na esteira da Democracia, tanto no controle social quanto na esteira de que possamos construir políticas de forma compartilhada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27 10 2009	15h30min	96ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

Deputado Batista das Cooperativas, terei o máximo empenho e alegria em discutir a Lei de Uso e Ocupação do Solo, tão importante para a nossa cidade, dentro desses princípios e metodologias.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência agradece a participação e a colaboração de todos para a realização desta sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h41min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 200-Suplemento, de 5/11/2009.